

2º CICLO DE ESTUDOS

[ENSINO DE HISTÓRIA NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO E DO ENSINO SECUNDÁRIO]

Guerra Colonial: A perceção dos Alunos Portugueses e as memórias dos seus familiares

Maurício Fonseca Cardoso

M

2022



Maurício Fonseca Cardoso

Guerra Colonial: A perceção dos Alunos Portugueses e as memórias dos seus familiares

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado pela Professora Doutora Helena Vieira.

Orientadora de Estágio: Professora Doutora Helena Vieira.

Supervisor de Estágio: Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2022

Maurício Fonseca Cardoso

Guerra Colonial: A percepção dos Alunos Portugueses e as memórias dos seus familiares

Relatório realizado realizada no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário, orientado peloa Professora Doutora Helena Vieira.

Orientadora de Estágio: Professora Doutora Helena Vieira.

Supervisor de Estágio: Professora Doutora Cláudia Pinto Ribeiro.

Membros do Júri

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

Dedicatória (facultativo)

Sumário

Declaração de honra	4
Agradecimentos	5
Resumo.....	7
Abstract	8
1.Introdução.....	10
2.A guerra colonial	14
2.1. Uma visão	14
2.1.1. Portugal, a ONU e a Primeira Vaga de Descolonizações	14
2.1.2. Os Intelectuais Africanos e os Movimentos independentistas.....	17
2.1.3. O começo da luta armada em Angola	19
2.1.4. A Guerra na Guiné	22
2.1.5. A Guerra em Moçambique	23
2.1.6. O Estado Português da Índia.....	24
2.1.7. O Fim da Guerra.....	25
2.2. Os passados doloros	27
3.Metodológico	34
3.1. Contextualização	34
3.1.1. Escola	34
3.1.2. As turmas	36
2.2 Estudo de caso.....	38
4.Prático	41
4.1. Resultados do questionário.....	41
4.2. Lecionação da aula	45
4.2.1. Lecionação da Aula	46
4.3. Relato da Guerra Colonial.....	52
4.3.1. O inquérito sobre o evento.....	58
4.4. Resultados da última questão do inquérito	61
5.Conclusão ou Considerações Finais	64
Bibliografia Citada e/ou Consultada.....	68
Anexos.....	71

Anexo 1.....	71
Anexo 2.....	73
Plano de Aula 12ºano Guerra Colonial.....	73
Anexo 3 Aula sobre a Guerra Colonial	74
Anexo 4 A Exposição Apresentada pelos Alunos	93

Declaração de honra

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Porto, 30 de setembro de 2022

Maurício Fonseca Cardoso

Agradecimentos

Este relatório, é além de tudo o que representa a nível académico, o fim do meu percurso académico e, como tal, quero aproveitar este espaço para agradecer a todos os que tornaram possível a realização deste relatório e o meu percurso académico como um todo.

Primeiramente, quero agradecer aos meus pais por todos os sacrifícios que fizeram para que eu tivesse a oportunidade de estudar e ser o primeiro membro da minha família a chegar a este patamar de estudos. Quero agradecer à minha mãe pelo carinho incondicional e por ser a mãe guerreira que tudo fez por mim. Ao meu pai agradeço por ser o homem em quem me espelho e de quem herdo grande parte daquilo que sou.

Agradeço à minha avó Inês por me ter dado a mão sempre que precisei ao longo destes 5 longos anos e por nunca me ter dito que não a nada ao longo da vida. Ainda falando das pessoas que sempre me deram a mão nos momentos de aperto, agradeço à minha irmã por nunca me ter dito que não a nada e por ser a pessoa maravilhosa que é.

Dedico também a minha gratidão à minha amada sobrinha Camila que tanta luz veio trazer a esta família e à minha vida.

Agradeço ainda ao meu falecido avô que me ensinou tudo o que há de mais básico. Um homem de moral irrepreensível e que me ensinou a contar, a tabuada, a distinguir o lado esquerdo do lado direito, as cores, os dias da semana e as horas. Nunca esquecerei as infinitas tardes em que me levava ao pinhal para apanhar flores e fazer as asneiras típicas do que era à data uma criança irreverente.

Quero ainda agradecer à Professora Helena por ter aceite ser a Orientadora deste relatório, por toda a paciência que teve comigo e pela total disponibilidade que sempre apresentou para me ajudar a executar este mesmo relatório.

Aproveito ainda para agradecer à Professora Albertina que ao longo deste longo ano letivo ensinou-me tudo o que é preciso para corresponder às exigências que a profissão de professor apresenta.

Ainda agradecendo a professoras, quero agradecer à Professora Arlete por ter restaurado em mim ao longo do secundário a paixão pela História e por ter cultivado o meu pensamento crítico.

Por último quero agradecer a Deus pela dádiva da vida, pelo propósito que me incutiu e pela infinita beleza da sua criação.

Obrigado a todos por terem tornado isto possível.

Resumo

A Guerra Colonial foi um conflito que opôs as forças armadas portuguesas às forças dos guerrilheiros independentistas de Angola, Moçambique e Guiné. A Guerra Colonial eclodiu em 1961 após uma sequência de ataques nas fazendas do Norte de Angola, espalhando-se posteriormente para as restantes colónias portuguesas. Contudo, há muito que esta guerra se avizinhava. No início da década de 60, Portugal era já um agente estranho do mundo ocidental, sendo um dos últimos detentores de colónias e um dos últimos regimes autoritários da Europa. Com o prolongar da guerra, juntamente com as restantes contradições do regime, as circunstâncias alinharam-se e conduziram ao movimento que colocou fim ao Estado Novo, que instaurou a democracia e que abriu portas à descolonização.

Apesar da Guerra Colonial ter terminado há 48 anos, a sociedade portuguesa apresenta-se ainda vincadamente marcada pelas consequências deste passado doloroso da História Contemporânea portuguesa. Esta perpetuação das feridas da Guerra Colonial apresenta-se de forma clara naqueles que fizeram parte da Guerra e que ainda hoje são vivos, mas perpetua-se também através da memória e da construção da nossa identidade enquanto herdeiros do passado histórico. A importância da Guerra Colonial é ainda notória quando vemos a frequência com que as discussões sobre o colonialismo português surgem na sociedade portuguesa, tendência que só tenderá a aumentar à medida que os passados dolorosos são devidamente estudados.

Desta forma, o presente relatório de estágio propõe-se a fazer algo diferente em relação aos restantes relatórios que abordaram a Guerra Colonial. Em vez de nos limitarmos a explorar as perspetivas dos alunos de História em relação aquilo que foi a Guerra Colonial, optamos por ir mais além na nossa abordagem. Assim sendo, este relatório procura trabalhar junto dos alunos o estudo da Guerra Colonial através da memória dos seus familiares e dos intervenientes diretos do conflito. Tendo em vista este objetivo foi elaborado um inquérito de duas fases diferentes, foi lecionada uma aula e executada uma palestra junto de um ex combatente da Guerra Colonial.

Palavras-chave: Guerra colonial, Empatia Histórica, Passados Dolorosos, Questões Socialmente Vivas, Memória.

Abstract

The Colonial War was a conflict that pitted the Portuguese armed forces against the forces of independence guerrillas from Angola, Mozambique and Guinea. The Colonial War broke out in 1961 after a series of attacks on farms in northern Angola, later spreading to the remaining Portuguese colonies. However, this war had long loomed. At the beginning of the 60's, Portugal was already a foreign agent of the western world, being one of the last holders of colonies and one of the last authoritarian regimes in Europe. With the prolonging of the war, together with the remaining contradictions of the regime, the circumstances aligned and led to the movement that put an end to the Estado Novo, which established democracy and opened the door to decolonization.

Although the Colonial War ended 48 years ago, Portuguese society is still markedly marked by the consequences of this painful past in Portuguese Contemporary History. This perpetuation of the wounds of the Colonial War is clearly present in those who were part of the War and who are still alive today, but it is also perpetuated through the memory and construction of our identity as heirs of the historical past. The importance of the Colonial War is still evident when we see the frequency with which discussions about Portuguese colonialism arise in Portuguese society, a trend that will only tend to increase as painful pasts are duly studied.

In this way, this internship report proposes to do something different in relation to the other reports that addressed the Colonial War. Instead of limiting ourselves to exploring the perspectives of History students in relation to what the Colonial War was, we chose to go further in our approach. Therefore, this report seeks to work with students on the study of the Colonial War through the memory of their families and the direct actors of the conflict. With this objective in mind, a survey was carried out in two different phases, a class was taught and a lecture was given with a former Colonial War combatant.

Key-words: Colonial War, Historical Empathy, Painful Pasts, Socially Alive Questions, Memory.

Lista de abreviaturas e siglas

MPLA	MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
FRELIMO	FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE
PAIGC	PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE
UPA	UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA
UNITA	UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA
FNLA	FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
QSV	
.....	Questões Socialmente Vivas

1. Introdução

O presente relatório de estágio enquadra-se no âmbito da unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional, do 2º ano do Mestrado em Ensino de História do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário e tem como objetivo principal a preservação da memória histórica e o desenvolvimento da empatia histórica dos alunos juntamente com a valorização do relato daqueles que fizeram parte dos passados dolorosos. O relatório em questão foi elaborado com base nas atividades e regências praticadas ao longo da Iniciação à Prática profissional, feito por um dos integrantes do núcleo de Estágio de História da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, ao longo do ano letivo de 2021/2022, num contexto ainda de pandemia e do começo do alívio de restrições, cenário este que contribuiu para algumas das condicionantes referidas posteriormente ao longo do relatório.

Pensar e debater História é, necessariamente, evocar o seu papel enquanto instrumento de preservação da memória. Ao olharmos para a História de Portugal, uma das memórias que ainda se encontra viva e continua a ser alvo de tensões sociais é, inquestionavelmente, a Guerra Colonial.

Antes de nos debruçarmos sobre o evento histórico, até porque não é esse o grande objetivo deste estudo, convém compreendermos os motivos que levam a que este acontecimento bélico seja, ainda hoje, um tema em debate. A Guerra Colonial ou Guerra do Ultramar, foi um período marcado pelos confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas. Durante treze anos, Portugal, que seria à partida um país irrelevante no contexto internacional e um resquício do autoritarismo da primeira metade do século XX, apresentou-se com uma das peças principais da geopolítica desse período e, acima de tudo, como um elemento desestabilizador da tendência progressista, descolonizadora e independentista do mundo ocidental.

Como ainda hoje em dia podemos comprovar, todas as guerras têm agregadas a si um amplo conjunto de consequências devastadoras para todos os elementos envolvidos diretamente e indiretamente no conflito. A Guerra Colonial não foi exceção e como tal, obrigou à mobilização de recursos humanos e financeiros, cujas perdas ficaram marcadas na História nacional até à atualidade. Paralelamente, foi o último conflito que ditou o fim

dos velhos impérios coloniais e, por consequência, colocou pela primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, as fragilidades e atrocidades do regime fascista do Estado Novo no escrutínio internacional de todas as entidades geopolíticas moderadoras da lei internacional. Podemos ainda afirmar que a Guerra Colonial foi um evento decisivo da condução até à eclosão do 25 de Abril e que deixou para sempre a sua marca na futura relação entre Portugal e as suas ex-colónias.

Se é verdade que a Guerra Colonial representou efetivamente um momento de enorme importância na História Contemporânea portuguesa, porque é que é afirmamos ainda que se trata de um tema socialmente vivo? Embora a Guerra Colonial seja um acontecimento com cerca de 60 anos, a verdade é que na perspetiva dos mais novos, 60 anos é um espaço temporal mais do que suficiente para os afastar do conflito. No entanto, para os mais velhos trata-se ainda de um acontecimento no qual muitos participaram ativamente. Desta forma, torna-se um exercício aliciante compreender de que forma é que as perspetivas sobre o mesmo conteúdo histórico podem conviver dentro de quatro paredes, seja com um avô que esteve presente no cenário bélico, seja com uma avó que perdeu um filho na frente de batalha, seja ainda com um vizinho que via os batalhões a partir com mais homens do que aqueles que chegavam.

Aqueles que não participaram diretamente na Guerra também têm um contributo importante para aquilo que é a construção da Memória Histórica do conflito, uma vez que, o vivenciaram também de uma perspetiva diferente. De uma perspetiva comum a todos aqueles que sentiram no território português o elevado custo económico, social e humano da guerra. Contudo, não são só os contemporâneos do conflito que contribuem para a construção daquilo que é a perceção e a memória do acontecimento. Naturalmente, as gerações mais novas também têm uma perceção construída sobre aquilo que foi a natureza da Guerra Colonial e esta perceção é construída, essencialmente, com base nos programas curriculares de História e pelas memórias que lhes são transmitidas pelos familiares que participaram no conflito ou o vivenciaram à distância. Assim sendo, muito daquilo que são as suas perceções acabam por ficar condicionadas pela memória dos seus familiares e por aquilo que são os conteúdos programáticos da disciplina de História. Então, porque não criar um espaço na sala de História, onde se possa discutir a temática?

Surge, assim, a ideia da preservação dos relatos daqueles que fizeram parte dos passados dolorosos com o ensino da História, verdadeiras fontes orais, que, para além de promover o aluno-investigador, potencia o pensamento histórico, na medida em que um dos objetivos do presente estudo seria a compreensão, por parte dos alunos, da necessidade da utilização de diferentes tipos de fontes para a construção da História. Após reflexão, concluímos que esta conjugação seria feita colocando os alunos no papel de entrevistadores dos próprios familiares que viveram esses tempos. Essas entrevistas foram elaboradas através da formulação de questionários que muniram os alunos dos instrumentos necessários para obterem as perspetivas dos seus familiares que ficariam efetivamente registadas.

Naturalmente, teríamos de pensar sobre a seguinte questão: De que forma é que a Guerra Colonial é abordada nas aprendizagens essenciais e nos manuais? A resposta para esta pergunta obriga só por si à análise dos manuais disponíveis para a turma que será alvo deste estudo e desagua na construção e lecionação de uma aula que complementa, mas que vá ainda mais além do programa na abordagem desta guerra.

Posteriormente, após o preenchimento desses mesmos inquéritos e após a lecionação da aula, surgiu a ideia de fazer uma palestra com um antigo combatente da guerra colonial, de forma que todos os alunos tivessem a oportunidade de fazer as perguntas e de terem acesso a um relato em primeira mão. A respetiva análise da construção destes inquéritos será incorporada mais à frente no relatório.

Tendo tudo isto em conta, o seguinte trabalho divide-se em três grandes partes: componente teórica, componente metodológica e componente prática. A primeira parte do trabalho é constituída por uma contextualização científica da Guerra Colonial e dos passados dolorosos, assente no trabalho de autores como Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, João Torres Lima e Luís Alberto Alves e Cláudia Ribeiro.

Já a segunda parte do trabalho será constituída por um maior conjunto de subcapítulos, onde analisaremos a amostra do estudo. Tendo em vista a caracterização da amostra será apresentada uma análise detalhada sobre a composição da escola, a oferta curricular, os alunos e as características das turmas com as quais foi realizado este estudo de investigação-ação. De seguida, irão surgir subcapítulos ainda referentes à metodologia

utilizada para desenvolver o relatório, ou seja, a análise de todos os materiais utilizados e respetiva justificação do seu uso.

No capítulo da componente prática iremos debruçar-nos sobre as aulas lecionadas, os recursos utilizados, o plano de aula e os objetivos que procurávamos atingir com a mesma. Para terminar este capítulo do relatório analisaremos ainda todos os inquéritos e respostas dos alunos, as informações que recolheram dos seus familiares, aquilo que retiraram do evento realizado e o feedback dos alunos.

Por fim, as considerações finais, nas quais damos espaço a um balanço da investigação realizada, demonstrando os aspetos que nela foram considerados obstáculos na sua execução e apresentando aspetos que poderiam ter contribuído para a sua melhoria.

Em suma, este relatório surge fruto de um dos acontecimentos que até aos dias de hoje perdura como uma ferida aberta na memória coletiva do povo português e tem como principal objetivo complementar a perspetiva transmitida pelos manuais e programa curricular sobre a Guerra Colonial. Em simultâneo, o relatório tem como um dos seus objetivos basilares chamar a atenção dos alunos para importância das fontes primárias orais (neste caso o relato da memória dos avós) para a interpretação dos acontecimentos históricos, mas principalmente dos passados dolorosos. Assim sendo, este relatório guiar-se-á pelas seguintes questões orientadoras:

- De que forma é que a Guerra Colonial é abordada pelos manuais e programa? Como podemos ir mais além?

- Qual o papel dos relatos dos familiares e de outras vozes presentes no conflito para o entendimento e compreensão do passado doloroso?

Ao longo de todo este relatório procuramos responder a estas questões através da contextualização teórica e das práticas, metodologias e atividades praticadas ao longo de um ano letivo de Iniciação à Prática Profissional.

2. A guerra colonial

2.1. Uma visão

2.1.1. Portugal, a ONU e a Primeira Vaga de Descolonizações

A Guerra Colonial é um dos vários nomes que atribuímos para caracterizar um período marcado pelos confrontos que opuseram as Forças Armadas Portuguesas e os movimentos independentistas das colónias portuguesas. O conflito armado teve a duração de treze anos, entre 1961 e 1974, mas para alcançar o entendimento total da realidade do conflito é necessário que se repensem os seus antecedentes mais próximos.

No início da década de 60, Portugal encontrava-se ainda a viver sob os desígnios do Estado Novo, sendo um dos últimos estados europeus de governação fascista. Além de Portugal ser um Estado cujo regime não se enquadrava nos padrões das democracias liberais, era também o último Estado europeu possuidor de colónias. Findada a Segunda Guerra Mundial, o continente europeu assistiu à queda dos regimes autoritários de direita e a uma vaga de movimentos descolonizadores. Assim sendo, Portugal apresentava-se como um caso de exceção, um país que não demonstrava qualquer tipo de interesse em acompanhar as tendências descolonizadoras que aconteciam à escala mundial e muito longe do processo de democratização.

Contudo, o Estado Novo não recolheu de imediato a antipatia do mundo ocidental, pelo contrário. Numa primeira fase, o Estado Novo apresentou-se conseguiu sobreviver como contradição autoritária e colonialista no seio Europa democrática através de vários fatores. O primeiro desses fatores foi o apoio internacional que recolheu junto de países como os Estados Unidos da América e da sua velha aliada, a Inglaterra. A justificação para Portugal ter conseguido o apoio destes dois países reside no facto de Portugal se ter revelado como um forte aliado no combate ao comunismo e portanto, em contexto de Guerra Fria, este foi pretexto ideal para a justificação de muitas daquelas que eram as políticas do regime português.

Uma das grandes missões ideológicas do Estado Novo passava pelo fortalecimento da identidade nacional. Tendo em conta o cumprimento desse objetivo, o regime vai apoiar-se fortemente na propaganda e no controlo rigoroso da educação. Apesar das taxas de alfabetização serem baixas, o sistema de ensino fazia cumprir com a

maior das eficácias esse papel de propaganda. Apesar de Portugal ser um país relativamente atrasado e pobre no contexto do continente europeu, o Estado Novo fez sempre questão de salvaguardar na ideia de que Portugal tinha sido o grande pioneiro dos Descobrimentos. Este pioneirismo português na expansão, na lógica do regime, atribuía a Portugal um papel civilizacional de grande importância e fazia de Portugal igualmente uma grande potência. Desta forma, para a manutenção da imagem de Portugal como uma potência, a integridade territorial colonial nunca poderia ser posta em causa. Assim sendo, as várias gerações que viveram durante o Estado Novo, na generalidade, reviam-se na ideia de que o povo português tinha uma missão histórica civilizacional junto dos territórios que “descobriu”. Assim sendo, o império colonial fazia parte de todo o imaginário coletivo português¹.

Como afirmamos anteriormente, no pós-segunda guerra mundial, Portugal teve a capacidade de se apresentar como um aliado do mundo ocidental, o que lhe permitiu sobreviver dentro do contexto internacional mesmo com todas as contradições que o seu regime representava por comparação às democracias. Contudo, quando Portugal aceita fazer-se representar nas organizações mediadoras das relações internacionais, como é o caso da ONU, o seu papel no contexto internacional passaria a ser questionado. Portugal aceitou fazer parte da ONU como forma de ter “palco” e espaço para apresentar a sua linha de defesa quanto ao seu regime e carácter colonial. Contudo, a presença de Portugal na ONU vai alimentar aquelas que são as primeiras ações de contestação a nível internacional contra o regime colonial português².

A ONU surgiu em 1945 como herdeira da Sociedade das Nações e propunha-se a ser mais eficaz na mediação dos conflitos entre os estados que faziam parte da sua composição. Como dissemos anteriormente, com o término Segunda Guerra Mundial, o mundo vai passar por um período de vagas de descolonizações que vão reconfigurar por completo a composição geopolítica internacional. Um dos primeiros movimentos independentistas a obter sucesso foi o da Índia, que obtém a independência a 15 de agosto de 1947. Após a obtenção da independência, Índia vai questionar de imediato a presença

¹ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

² RTP - A Posição da ONU e a Resposta Portuguesa [Consult. 02 de junho de 2022]. Disponível em: <https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/a-posicao-da-onu-e-a-resposta-portuguesa/>

portuguesa nos territórios de Goa, Damão e Diu. O regime português nunca conseguiu apresentar uma justificação real que permitisse continuar com a sua presença na região, repetindo por várias vezes a ideia de que os habitantes daqueles territórios só seriam indianos do ponto de vista geográfico, porque, culturalmente, seriam muito mais comparáveis aos próprios europeus³.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, a humanidade caminhou lentamente para um novo período, a Guerra Fria. Com a polarização do mundo entre dois blocos ideológicos distintos (mundo comunista e mundo capitalista) e com o surgimento de novas nações fruto da reconfiguração da Segunda Guerra Mundial e das vagas independentistas, a ONU viu-se obrigada a discutir os problemas do “terceiro mundo”. Naturalmente, estes novos países que obtiveram a independência vão-se tornar vozes ativas no combate ao colonialismo que ainda perdurava.

A hostilidade ao governo português escalou no período compreendido entre 1956-1960, com a admissão progressiva de mais países africanos e asiáticos no seio da ONU. De 1960 em diante, a ONU tem no seu seio mais países africanos, asiáticos e comunistas do que países enquadrados no "ocidente". Por consequência, a organização intensifica o seu papel de representante das exigências independentistas e terceiro-mundistas⁴. No mesmo ano, a Assembleia Geral da ONU aprova três resoluções sobre a política colonial portuguesa. Por esta altura, Portugal recolhia ainda na ONU o apoio de países como Brasil e os Estados Unidos da América. Contudo, estes apoios iriam esvanecer-se progressivamente⁵.

Em 1961, Portugal encontrava-se já isolado no contexto internacional, mas igualmente intransigente quanto à possibilidade de negociar a independência dos territórios coloniais. Assim sendo, ficou claro para os independentistas das colónias portuguesas que a via diplomática não seria opção, culminando então num clima de tensão nos territórios ultramarinos que poderia resultar em guerra a qualquer momento.

³ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. p7. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

⁴ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

⁵ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

Desta forma, e tendo em vista o entendimento simplificado dos acontecimentos, o culminar da luta armada nas colónias portuguesas surge por consequência do aumento das pressões dos países anticolonialistas na ONU, da repressão portuguesa que foi praticada ao longo dos séculos e principalmente no Estado Novo, do fim dos impérios coloniais europeus e do isolamento político em que Portugal se encontrava por consequência das tendências fascizantes do seu regime.

2.1.2. Os Intelectuais Africanos e os Movimentos independentistas

O surgimento das ideias de identidade nacional nas colónias portuguesas é um fenómeno cujo surgimento é tardio quando comparado ao contexto das restantes colónias de países europeus. Para o tardio aparecimento deste tipo de consciência, o papel repressivo do Estado Novo vai ter especial destaque eficaz na contenção das ideias independentistas.⁶ Por outro lado, os territórios ultramarinos portugueses eram caracterizados pela inexistência de burguesias locais capazes de semear as ideias revolucionárias. Desta forma, apenas nos anos 50 é que surgiram as primeiras organizações que mais tarde seriam precursoras da batalha contra o colonialismo português.

Em 1951, vários estudantes de diferentes colónias portuguesas diferentes criam o Centro de Estudos Africanos (CEA), que funcionou como um seminário onde se discutiam as questões de interesse para a consciencialização independentista e onde se debatiam as diferentes problemáticas que afetavam as colónias portuguesas. Entre os fundadores deste grupo de estudos destacam-se nomes cruciais para o entendimento dos movimentos independentistas, como Agostinho Neto e Amílcar Cabral. A presença destes jovens num centro de estudo vai permitir-lhes ter contacto com diferentes autores de língua portuguesa e de língua estrangeira, facilitando a circulação de novas ideias catalisadoras do seu espírito revolucionário⁷. Lentamente, começam a surgir as estruturas de base que sustentariam movimentos revolucionários no futuro.

⁶ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. p9. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

⁷ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P10. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

Logo em 1954, é fundada a União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), no Congo Belga. Posteriormente, este movimento iria reformular-se, dando origem à União dos Povos de Angola (UPA). Este movimento iria ser o precursor dos primeiros atos de rebelião que iriam fazer eclodir a guerra em Angola. Já em 1962, a UPA iria reformular-se mais uma vez ao fundir-se com o Partido Democrático de Angola (PDA), dando origem à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)⁸.

Anterior à data fundacional dos movimentos já referidos, ocorre a fundação do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA), alegadamente criado no ano de 1953. Posteriormente, no ano de 1955, é fundado O Partido Comunista Angolano (PCA) e um ano mais tarde, em 1956, este partido unifica-se com o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA), originando o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)⁹.

Assim sendo, podemos afirmar que a partir dos anos 50, a sociedade angolana dava sinais claros de ter tomado consciência da necessidade da luta contra o colonialismo, apesar deste fenómeno ter surgido tardiamente quando comparado com as colónias de outros países europeus. Da mesma forma, a partir da década de 50 vão surgir movimentos independentistas nas outras colónias portuguesas no continente africano.

Na Tanzânia, no ano de 1959 é fundado o primeiro partido moçambicano defensor da independência, o Maconde African National Union (MANU). Mais tarde, este movimento. Já em 1961, nasce na Rodésia do Sul a União Democrática Nacional de Moçambique e a União Nacional Africana de Moçambique. Esta tendência de movimentos surgirem em países estrangeiros é bastante comum entre todos os movimentos. Todas estas plataformas conseguiram chegar a um consenso ideológico e principalmente, reconheceram o benefício logístico da unidade, permitindo que todos estes movimentos se fundissem em 1962, dando origem à FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)¹⁰.

⁸ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

⁹ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P11. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

¹⁰ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P11. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) é fundado, em 1956, na Guiné, sendo que as suas origens derivam do Partido Africano da Independência (PAI). Fundindo-se com outro movimento da região de Cabo Verde, surge um movimento que defende a independência conjunta das duas colónias¹¹.

Para concluir, podemos ainda ressaltar a importância dos intelectuais que se foram afirmando como defensores da independência das colónias. Estes intelectuais eram, em muitos casos academicamente ou intelectualmente marcados por estadias na metrópole. Destes casos, destacamos por exemplo os nomes de Agostinho Neto e Amílcar Cabral. O seu papel foi fundamental para entendimento generalizado junto dos independentistas do papel da luta política e armada. Assim sendo, estavam montadas as estruturas políticas necessárias para conduzir um conflito e somando-se a isso a intransigência negocial do governo português, estavam criadas as sementes necessárias para a luta armada¹².

Em suma, quando aceita fazer parte da ONU, sujeitou-se a conjunto de valores de deveres impostos pela organização. Para contrariar esta necessidade, o Estado Novo adotou um conjunto de medidas e reformas sempre com o intuito de camuflar a exploração e a opressão das colónias. A violência e a intransigência do regime abriram as portas para os movimentos anticolonialistas, tanto no território de Portugal continental como nos territórios africanos. O último fator decisivo para o início da contestação foi o apoio exterior. A contestação iniciou-se com o surgimento das organizações políticas independentistas que rapidamente foram reunindo simpatizantes, passando posteriormente à luta armada após concluírem que o regime português nunca cederia as colónias sem o recurso ao uso da força.

2.1.3. O começo da luta armada em Angola

Em Angola, os primeiros acontecimentos que podem ser caracterizados como rebelião coletiva contra o domínio colonial português acontecem no ano de 1961. A 4 de

¹¹ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P12. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

¹² Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P12. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

fevereiro de 1961, a UPA lançou um ataque a duas prisões em Luanda, ataque este que resultou na morte de 40 revoltosos e de 7 polícias. O ataque foi contido com relativa facilidade, já que os revoltosos se encontravam armados apenas com catanas, perante uma força policial portuguesa muito melhor armada¹³. Por consequência do falhanço desta ação, a UPA acabou por conseguir reunir vários apoios junto da ONU, que se solidarizava com a causa independentista. Por ter sido pioneira nas ações de luta contra a ocupação colonial, a UPA acaba por conseguir reunir uma ampla base de apoio na sociedade angolana.

No mês seguinte, ocorre o evento que desencadearia de vez o conflito armado, quando a UPA organiza um ataque massivo sobre as fazendas agrícolas no Norte de Angola, onde vão ser massacrados todas as populações que ali trabalhavam ou conduziam trabalhos nas explorações. Contudo, estes massacres não vão resultar apenas na morte de gente branca, resultando também na morte dos negros considerados colaboracionistas. Entre os dias 15 e 16 de março foram mortas centenas de pessoas por parte dos membros revoltosos da UPA, com o objetivo de motivar à insurreição generalizada contra o domínio português¹⁴.

Estes atos de revolta contra os fazendeiros espalharam-se por todo o país e a resposta militar das autoridades portuguesas foi limitada, por consequência da ausência de uma presença militar forte o suficiente para travar os revoltosos. Rapidamente se tentou criar apoio aéreo, mas este era diminuto e não chegava para oferecer proteção aos colonos.¹⁵

No território de Portugal Continental, o regime abafa os acontecimentos através da censura, caracterizando os acontecimentos como ataques terroristas enquadrados num plano subversivo contra o regime. O Estado Novo tinha a perceção completa de que os problemas que ocorriam em Angola nunca poderiam ser resolvidos com os efetivos presentes no território. A insurreição estava instalada e a única opção que restava ao

¹³ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

¹⁴ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P17. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

¹⁵ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P18. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

regime passava pelo combate armado. Assim sendo, as primeiras tropas de reforço chegam a Angola a 19 e a 21 de abril¹⁶.

Com o objetivo de contrariar os movimentos de guerrilha que surgiam, o primeiro plano de ação do exército português passava pela retoma dos territórios no Norte de Angola, ocupando as povoações a UPA proliferava. A reocupação destes territórios por parte dos portugueses foi condicionada pela ausência inicial de meios humanos e militares na região. Com a chegada em abril dos reforços necessários, o exército português estabelece como prioridade o impedimento da ligação dos guerrilheiros às bases no Congo.

A partir daqui a guerra em Angola ocorreu em 3 frentes diferentes: Cabinda, Norte e Leste. Nestes territórios, os soldados portugueses encontraram grandes dificuldades provocadas pelas temperaturas elevadas, relevo acidentado e pela densa vegetação. A somar a tudo isto, em algumas regiões fazia-se sentir uma elevada variação de temperatura entre o dia e a noite, com calor e frio extremo¹⁷.

Contudo, a partir de 1966, o rumo da Guerra começa a demonstrar-se mais favorável para os interesses portugueses. As rivalidades entre todos os movimentos independentistas revelam-se favoráveis à ação militar portuguesa, ocupando cada um destes movimentos uma esfera de influência variável conforme a região. A somar a isto, o exército português beneficia de um grande número de soldados disponíveis (70 mil homens). As forças portuguesas conseguem conter as movimentações militares dos independentistas, não conseguindo estes movimentos manter um controlo efetivo e duradouro junto das populações.

Apesar da situação bélica em Angola caminhar para um domínio das tropas portuguesas, os guerrilheiros continuavam com as suas práticas dentro das matas e zonas de vegetação densa. A somar a isto, o conflito prolongar-se-ia devido a fatores externos e pela ação das outras forças internacionais em campo¹⁸.

¹⁶ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P18. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

¹⁷ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

¹⁸ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

2.1.4. A Guerra na Guiné

Como foi dito anteriormente, antes do começo da guerra, o PAIGC, através das ações do seu líder, Amílcar Cabral, mobilizou esforços para alcançar a independência pela via pacífica. Já com a Guerra a decorrer, o PAIG prometia suspender a guerra caso Portugal abrisse as portas para a diplomacia. Apesar desse esforço, todas as tentativas de negociação foram ignoradas pelo governo de Lisboa e a cedência pacífica por parte do regime do Estado Novo nunca foi possível.

Do ponto de vista do regime, os motivos que levaram à mobilização do exército para a Guiné não podiam ser apontados à sua posição estratégica, riqueza ou relevo internacional. Do ponto de vista do Estado Novo, tratava-se de uma questão de princípio da defesa da integridade territorial portuguesa. Portanto, o regime nunca pôde antever que o esforço de guerra necessário para manter a Guiné seria tão alto como aquilo que se veio a confirmar¹⁹.

Quando a guerra eclode, esta era já fruto de um cenário previsível, mas mesmo assim, o eclodir da guerra apresentou-se como uma surpresa pra os colonizadores apanhou os colonizadores. A Guerra começa na sequência de um conjunto de ataques que ocorreram junto à fronteira da Guiné-Conacri. Assim como em Angola, o dispositivo militar português na região era insuficiente numa fase inicial para fazer frente às mobilizações dos guerrilheiros independentistas. Por consequência, o PAIGC consegue fazer avanços assinaláveis no que diz respeito ao controlo territorial num curto espaço de tempo.²⁰

Ao longo da Guerra na Guiné, são definidas três frentes de combate distintas. Também na Guiné assistimos ao papel importante do meio físico no condicionamento das ações das tropas portuguesas. O território da Guiné-Bissau era caracterizado pela sua composição hidrográfica, sendo que as suas águas eram de difícil travessia para os portugueses. A somar a este fator, o território guineense carecia de fontes de água nas

¹⁹ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

²⁰ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

regiões mais interiores e o seu território era composto por vegetação rasteira densa e longos campos abertos de difícil travessia.²¹

A Guerra na Guiné ficou marcada pela oposição das figuras de António de Spínola e Amílcar Cabral, que apesar da sua morte em 1973, manteve inalteradas as aspirações independentistas e o sucesso das suas ações militares. No início da década de 70, a guerra parecia já ter um destino claro, o da derrota portuguesa, mas a violência do conflito continuou inalterada²².

2.1.5. A Guerra em Moçambique

Embora tenham ocorrido anteriormente manifestações de práticas violentas por parte dos independentistas, é só em 1964 que se aponta para uma data inicial do conflito em Moçambique. Nos dias 24 e 25 de setembro, a FRELIMO efetuou a sua primeira ação de luta independentista armada, na sequência de um ataque na província de Cabo Delgado. Mais tarde, estes ataques vão-se estender às regiões do Niassa e Tete. Inicialmente, a resposta das forças armadas portuguesas não difere muito daquilo que foram as respostas no território guineense e angolano²³.

Em Moçambique, a guerra desenrolou-se principalmente nas regiões do Tete, Cabo Delgado e Niassa. Assim como nos restantes conflitos, o meio físico foi fundamental para explicar o desenrolar das operações militares. Moçambique era um território assolado por más vias de comunicação que impediam as manobras das tropas portuguesas.

Entre 1973 e 1974, o foco das operações de combate direciona-se para a região de Cabora Bassa, sendo este período marcado pelo avanço definitivo para o sul de Moçambique. Para o lado português, a situação em Moçambique entraria num período de deterioração, com destaque para os "acontecimentos da Beira". Neste período, as populações brancas de Vila Pery e da Beira fazem um levantamento de protesto contra a incapacidade das forças portuguesas em solucionar a situação. Neste período, as forças portuguesas não dispunham da capacidade necessária para se oporem aos avanços dos

²¹ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

²² GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

²³ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

guerrilheiros, esta incapacidade surgia como consequência do esgotamento de efetivos e pela impossibilidade de reforço dos meios de combate disponíveis²⁴.

2.1.6. O Estado Português da Índia

Contudo, esta argumentação nunca pareceu convencer os líderes indianos, que em maio de 1952, encerram a delegação diplomática em Lisboa. No ano de 1954, ocorrem os primeiros incidentes que pareciam premeditar o conflito armado, quando a União Indiana ocupa dois enclaves pertencentes à região de Damão²⁵. Neste mesmo ano, Portugal é aceite como membro da ONU e uma das suas primeiras ações dentro da organização passou por fazer aprovar uma moção que lhe permitisse recuperar o acesso a esses territórios.

Em relação ao Estado Português da Índia, como foi dito anteriormente, os primeiros sinais de oposição à governação portuguesa ocorreram na sequência da segunda guerra mundial e da vaga descolonizador que assolaria os restantes países europeus detentores de colónias. Em 1947, a Índia obtém a independência e começa a questionar a presença portuguesa na costa do Malabar, com o governo português a demonstrar a habitual intransigência. Este imobilismo político de Portugal para aceder às exigências do governo indiano resultaria na condenação generalizada dos órgãos internacionais, que se posicionavam todos a favor da Índia.

Como referimos anteriormente, logo no ano de 1954, a União Indiana vai anexar um conjunto de territórios que compunham o Estado Português da Índia. A Índia ocupa os enclaves portugueses e desencadeiam-se vários protestos pacíficos contra a dominação colonial portuguesa. Como seria de esperar, mais uma vez, o regime não pondera abrir portas a qualquer tipo de negociação a cedência pacífica daquilo que considera ser a integridade territorial portuguesa²⁶. No ano de 1961, com o eclodir da Guerra em Angola, a Índia aproveita para invadir formalmente os territórios de Goa, Damão e Diu. As forças indianas vão mobilizar de forma rápida 40 mil soldados, que vão demonstrar ser uma

²⁴ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

²⁵ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

²⁶ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P40. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

força avassaladora para os efetivos que Portugal tinha no terreno. Assim sendo, numa operação que durou 36 horas, os territórios de Goa, Damão e Diu são anexados pela Índia, colocando término ao domínio colonial português na região²⁷.

Quando falamos do fim do Estado Português da Índia, o nome Manuel António Vassalo e Silva é incontornável. Vassalo e Silva foi general do exército português e último Governador do Estado Português da Índia. Perante a mobilização de 40 mil soldados indianos, e tendo ao seu dispor apenas 3 mil homens, o governador opta pela rendição. A decisão de rendição não foi bem aceite pelo regime, uma vez que contrariavam as diretrizes da metrópole. Por consequência da rendição, Vassalo e Silva foi expulso das forças armadas²⁸.

No conselho de segurança da ONU, a maioria das nações reconheceram a ação da Índia, deixando Portugal completamente isolado no contexto internacional.

2.1.7. O Fim da Guerra

Como referimos várias vezes ao longo deste enquadramento teórico, o Estado Novo como regime político encontrava-se pressionado no palco internacional desde o começo da década de 50. Portugal começou a ser alvo de escrutínio por parte dos movimentos que se opunham contra o colonialismo. Do ponto de vista económico, o regime apresentava também dificuldades, fruto da enorme dependência do setor agrário. O regime tenta contrariar esta tendência através dos planos de fomento e com a aposta na indústria, tornando possível um crescimento económico no final da década de 50. Com o eclodir da guerra na década de 60, os elevados encargos financeiros começaram a condicionar a atuação económica do regime e a própria guerra em si causou alterações concretas na sociedade portuguesa²⁹.

Juntamente com o descontentamento geral na sociedade portuguesa causada pela guerra, a insatisfação dos militares com o regime também se encontrava no ápice, em

²⁷ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P41. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

²⁸ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P41. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

²⁹ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

parte devido à guerra e por outro lado com as problemáticas associadas à carreira militar e as suas patentes. Assim sendo, estavam reunidas todas as condições para o golpe de estado que colocaria fim ao Estado Novo. Depois do falhanço do golpe de 16 de março, criou-se um consenso generalizado entre as forças armadas de apoio ao movimento dos capitães. Assim sendo, O 25 de abril de 1974 tornou-se uma realidade. O plano que levaria ao fim do regime reuniu consenso e foi levado avante por militares pertencentes aos três ramos das Forças Armadas. Toda a sua execução foi planeada pela nova geração de oficiais que não pertenciam às patentes mais altas. Assim, o 25 de Abril foi executado com sucesso, colocando fim à ditadura e encaminhando Portugal para um período de transformação da sociedade³⁰.

Como afirma Bruno Sena Martins:

*“Na verdade, a revolução que em 25 de Abril de 1974 foi levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas resulta em grande medida do desgaste produzido pelo arrastamento da guerra. Estamos perante um conflito com profundas consequências humanas, pelas marcas deixadas nos combatentes dos diferentes lados da contenda, cujas vidas foram significativamente atravessadas pela experiência da guerra, e pelas incontáveis vítimas civis, sujeitas que foram a massacres, deslocamentos forçados e a violências de toda a sorte.”*³¹

Embora inúmeros fatores tenham contribuído para a revolução, a Guerra Colonial foi, naturalmente, apontada como a principal justificação para a queda do Estado Novo em Portugal. Dava-se assim início ao processo de descolonização. Porém, muitas foram as discordâncias em relação às primeiras decisões sobre a política colonial³².

O período de negociação da descolonização foi marcado pelas duras disputas que opuseram António de Spínola e o restante Movimento das Forças Armadas MFA. Os dois lados discordavam sobre aquele que seria o caminho a seguir em relação à descolonização. Contudo, com as pressões externas e com os próprios entendimento entre

³⁰ GOMES, Carlos; AFONSO, Aniceto (2020). Guerra Colonial. Lisboa, Porto Editora.

³¹ MARTINS, Bruno Sena - A guerra colonial portuguesa na democratização da historia Estudo Geral Universidade de Coimbra, 2020, p. 246

³² Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. p50. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

o MFA, iniciaram-se as negociações com o PAIGC e com a FRELIMO. O entendimento com o PAIGC ficaria selado na Argélia, em agosto de 1974, oficializando por definitivo a existência de um estado soberano³³. Nestas mesmas negociações ficam selados os princípios que também permitiriam a Cabo-verde obter a independência.

A 7 de setembro, seria alcançado o acordo para a independência de Moçambique, com a assinatura do acordo em Lusaka.

No caso angolano, as conjugações dos interesses dos diferentes movimentos de libertação apresentaram-se como uma dificuldade acrescida para o governo português. Numa primeira instância, ocorrem as negociações com a FNLA, sendo que só numa fase posterior é que estas negociações vão ser feitas com o MPLA. Mas, como a História se veio a desenrolar, a Guerra Civil angolana eclodiria como consequência da falta de entendimento entre estes três movimentos, conduzindo ao insucesso na obtenção da paz³⁴.

2.2. Os passados dolorosos

O segundo subcapítulo da componente teórica deste relatório de estágio diz respeito aquilo que são os passados dolorosos. Esta decisão, só por si, levanta um conjunto de questões associadas. Afinal, o que são os passados dolorosos? Qual é o papel dos passados dolorosos no ensino da História? De que forma é que a Guerra Colonial é, efetivamente, um passado doloroso?

Os passados dolorosos são acontecimentos ou períodos da História onde os direitos humanos e os valores morais absolutos e indiscutíveis como o direito à vida são postos em causa ou degradados. Por exemplo, se tivéssemos de identificar um momento específico da História Contemporânea em que estamos perante um passado doloroso ou um período de absoluta deturpação e violação dos direitos humanos, o Holocausto seria a materialização absoluta de tudo aquilo que descrevemos.

³³ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. p51. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

³⁴ Fraga, Luís Alves de (2014) - A guerra colonial: 1961-1974. P55. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653>

Foi precisamente num documentário sobre o Holocausto que surgiu a ideia inicial que deu origem a este trabalho. Ao longo do documentário, é abordada uma das iniciativas do Museu do Holocausto na qual é criada uma projeção de entrevista em vídeo com um sobrevivente do Holocausto. A questão revolucionária desta experiência é que estes sobreviventes do Holocausto entrevistados não são já vivos. Conscientes de que a memória do sofrimento do Holocausto é um pilar basilar para o seu entendimento e de que com o passar dos anos as vozes que viverem na pele este período desaparecem, o Museu do Holocausto, através desta iniciativa, criou uma entrevista interativa que guardará para sempre as memórias e os relatos daqueles que viveram um dos maiores males vivido pelo ser humano. Foi através deste projeto que o esboço inicial deste relatório de estágio se formou e trouxe consigo um dos principais objetivos deste trabalho: a valorização da memória.

Quando falamos em passados dolorosos, surgem, ainda, diretamente ligados a eles as questões socialmente vivas (QSV). Em parte, estes dois conceitos são muito semelhantes, na medida em que ambos representam aquilo que são as crueldades humanas, físicas e sociais de momentos de extrema violência do passado. Contudo, as QSV são questões que se alastram no tempo, não se encontram totalmente fechadas, não encontram consenso absoluto na sociedade e são ainda foco de discussão ou dúvida.

Olhando para a História Contemporânea portuguesa, nenhum outro período ou acontecimento se enquadra de forma tão clara na descrição de definições que fizemos até aqui como a Guerra Colonial. Mas afinal, de que forma é que a Guerra do Ultramar corresponde como um passado doloroso ou até como uma QSV? Ao longo do subcapítulo anterior, expusemos, em parte, aquela que foi a orientação cronológica dos acontecimentos que compõe a Guerra Colonial e por consequência, abordamos alguns dos desrespeitos aos direitos humanos associados a uma guerra. Logo no seu início, a Guerra Colonial surge como resposta aos massacres da UPA, que ocorreram no Norte de Angola. Estes massacres são reflexo absoluto da violência revolucionária e todas as imagens a si associadas são mais do que suficientes para comprovar esse mesmo carácter de abuso de direitos humanos. Naturalmente, podemos afirmar que estes acontecimentos decorrem como consequência da brutalidade do Colonialismo português, o que nos levaria para uma questão muito mais complicada e que nunca poderia ter lugar neste relatório de estágio. A Guerra Colonial é também um período de extrema violência e de

desrespeito pelos direitos humanos quando analisamos algumas das práticas do exército português nos territórios africanos.

Assim sendo, é fácil comprovar que a Guerra Colonial é um passado doloroso e que deixou “feridas” em todos aqueles que fizeram parte dele. Contudo, será que a Guerra Colonial é ainda uma QSV? Do nosso ponto de vista, a Guerra Colonial é ainda uma questão socialmente viva e por várias razões totalmente diferentes. O primeiro aspeto que torna a Guerra Colonial numa QSV é a distância temporal. A Guerra Colonial foi um conflito cujo término ocorreu há cerca de 60 anos e que de lado português foi marcada pela ampla movimentação de homens jovens que constituíam o corpo do exército português e das forças armadas na época. Naturalmente, são ainda muitos os que fizeram parte da guerra e que hoje ainda são vivos, sendo já idosos. Muitas destas pessoas regressaram à sociedade civil com sequelas físicas e psicológicas e acabaram por se ver obrigadas à reintegração. Muitas destas pessoas continuam vivas e constituíram famílias. Assim, as suas memórias vivem com elas e, até certo ponto, são transmitidas para aqueles que os rodeiam (mulheres, filhos, netos).

No século XXI, a Guerra Colonial continua também a ser uma QSV, pelo papel simbólico que teve na História de Portugal e de todas as nações envolvidas. Para ser mais preciso, ao longo da última década temos assistido a uma crescente mobilização das minorias que compõem as sociedades ocidentais. Estes movimentos têm apresentado na sua composição muitos dos grupos étnicos que são herdeiros de séculos de colonialismo, escravatura e exploração. Ao contrário do que se fazia prever, o fim dos impérios coloniais, da escravatura e as fortes reivindicações dos movimentos civis do século XX não colocaram um fim ao racismo nem à discussão sobre esse mesmo racismo e as suas manifestações nos tempos atuais. Desta forma, quando falamos da Guerra Colonial ou do Colonialismo português como um todo, estamos, invariavelmente, a entrar num campo de discussão pertinente para os conceitos de racismo e discriminação.

Existem vários exemplos na sociedade portuguesa que comprovam ainda o papel do racismo, da Guerra Colonial e do Colonialismo português como questões socialmente vivas. Por exemplo, em 2020, o ator Bruno Candé foi brutalmente assassinado nas ruas de Lisboa. Por trás deste homicídio são reportadas, pelas notícias, motivações racistas e o presumido homicida é um antigo combatente do ultramar. Ao longo da discussão que

conduziu a este crime testemunhas afirmam terem ouvido a ser proferidas palavras de racismo e exibicionismo ou até orgulho por alegadas violações feitas em África. Esta notícia foi um choque para a sociedade portuguesa e deixa muito vincada não só as atrocidades associadas à guerra, como o seu carácter violento e duradouro que perdurou até 2020 e que está na alegada origem deste crime³⁵.

A 11 de fevereiro de 2021, a Guerra Colonial volta a surgir como assunto de fratura na sociedade portuguesa. Com a morte de Marcelino da Mata, a opinião pública dividiu-se e muitos foram aqueles que opinaram sobre o assunto. O tenente-coronel, era o oficial mais condecorado do Exército português. No seu funeral, contou com a presença do Presidente da República, do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e do Chefe de Estado-Maior do Exército. Contudo, por ser um indivíduo negro que lutou durante a Guerra Colonial junto do exército português e pelo próprio papel que teve na Guerra e pelas ações que praticou, a figura de Marcelino da Mata gerou várias opiniões diversas. Vários Historiadores foram convidados a dar a sua opinião junto dos meios de comunicação e o único consenso entre eles é que nunca haveria consenso sobre a figura de Marcelino da Mata³⁶.

Em suma, tanto o racismo, como a Guerra Colonial e o Colonialismo português são assuntos indissociáveis entre si e todos estes temas são ainda questão de fratura na sociedade portuguesa, levando ainda à prática de crimes e à mobilização de várias pessoas para expressar a sua opinião sobre estes assuntos, sendo que esta discussão ocorre num espaço bem mais amplo do que aquele que é o meio da Historiografia, sendo assuntos comentados por todo o tipo de pessoas de todo o tipo de meios.

Até aqui, conseguimos explicitar os conceitos de passados dolorosos e de questões socialmente vivas. Conseguimos também comprovar que a Guerra Colonial é ainda uma ferida aberta na sociedade portuguesa e que conduz de forma sistemática em anos recentes a períodos de discussão. Contudo, falta-nos comprovar a importância de discutir os

³⁵ <https://www.dn.pt/sociedade/investigacao-da-pj-provou-odio-racial-no-homicidio-de-bruno-cande-13247985.html>

³⁶ <https://www.dn.pt/sociedade/marcelino-da-mata-as-memorias-foram-enterradas-vivas-e-nunca-foi-feito-o-funeral--13356094.html>

passados dolorosos como a Guerra Colonial e, acima de tudo, a importância de os integrar nos programas curriculares e de os lecionar.

Na obra 1984, de George Orwell, a memória apresenta um papel fundamental na construção da distopia. Ao longo da obra, os lapsos de memória e os buracos no passado são utilizados como mecanismo recorrente do Ministério da Verdade, como mecanismos de reescrita da História. Todo este processo, não apresenta um caráter tão distante e distópico quanto isso, até porque a sua descrição enquadra-se perfeitamente naquilo que caracterizamos como revisionismo histórico, que se apresenta como “o estudo e a reinterpretação da História com base na ambiguidade dos fatos históricos e na imparcialidade com que esses fatos podem ter sido descritos”³⁷.

Os passados dolorosos são um alvo extremamente comum para o revisionismo histórico³⁸. São casos concretos disso o Holocausto, por exemplo, que viu a sua existência ser posta em causa por neonazis, o Holodomor ou até o genocídio arménio, que até aos dias de hoje não é reconhecido pela Turquia. Os passados dolorosos e as questões socialmente vivas são alvo constante deste revisionismo porque se apresentam como feridas abertas no tempo, porque são alvo de discussão que perdura e porque, acima de tudo, têm na sua composição grupos que podemos classificar como vítimas ou como perpetradores da violência. É precisamente por serem questões abertas e passíveis de politização que os passados dolorosos e as QSV se apresentam como alvos do revisionismo.

Desta forma, também a Guerra Colonial se apresenta como um possível alvo do revisionismo e é como forma de combate a este revisionismo que apresentamos dois conceitos essenciais para a elaboração deste relatório de estágio e para o estudo dos passados dolorosos: a memória e a multiperspetiva.

³⁷ PURSINO DIAS, Orélia - **Passados Dolorosos no Ensino da História** [Em linha]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto : p. 40. [Consult. ago. 2022]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/132566/2/446843.pdf>

³⁸ PURSINO DIAS, Orélia - **Passados Dolorosos no Ensino da História** [Em linha]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto : p. 40. [Consult. ago. 2022]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/132566/2/446843.pdf>

Maria Andréa Angelotti Carmo afirma, com base no que escreve Jacques Le Goff uma das grandes preocupações das classes dominantes de cada sociedade reside no controlo da memória, principalmente naquilo que muitas vezes é definido como silêncios ou esquecimentos propositados da História³⁹. É precisamente este o ponto de interligação que fazemos entre o papel da memória do ministério da verdade da obra de George Orwell com o ocultamento e controlo da memória descrito por Jacques Le Goff. Segundo Le Goff, o objeto da história reside no sentido disperso do passado e na memória⁴⁰. O mesmo acontece com a memória. Assim sendo, o passado em si e a memória não são História, mas parte do seu estudo, tendo ambos um papel fundamental na construção das narrativas em torno do passado.⁴¹

Assim sendo, a importância de discutir os passados dolorosos como a Guerra Colonial e, acima de tudo, a importância de os integrar nos programas curriculares e de os lecionar reside nessa mesma valorização da memória como instrumento de combate ao revisionismo histórico, na necessidade reconhecer a Guerra Colonial como um elemento de discórdia ainda presente na sociedade portuguesa.

Ainda neste âmbito, cabe-nos o papel de discutir a importância da multiperspetiva, que estará presente mais à frente em capítulos referentes à lecionação da aula, construção do plano de aula e na seleção de recursos. Como afirmamos anteriormente, a História não é o passado, o passado da humanidade é que se apresenta com um dos objetos de estudo da História, assim como é o caso da memória. Dessa forma, a função atribuída ao Historiador reside na reconstrução e interpretação do seu objeto de estudo. Como é lógico, o Historiador não pode observar diretamente o passado. Logo, a construção do passado reside naquilo que é a evidência que o Historiador retira das fontes históricas e aquilo que ele interpreta.

³⁹ Maria Andréa Angelotti Carmo - A Responsabilidade Social do Ensino de História. In (Re)Construindo o passado: o papel insubstituível do ensino da História. Porto Alegre: EdUPUCRS; Porto: CITCEM, 2016. Disponível em: https://www.citcem.org/documents/publications/Epistemologias_e_Ensino_de_Historia_2017_CITCEM.pdf

⁴⁰ Le Goff, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. P. 40

⁴¹ Le Goff, Jacques, 1924 História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. P. 40

De forma geral, o aluno comum de História, mesmo num 12º ano de escolaridade, tem extremas dificuldades no entendimento do processo de construção do conhecimento histórico. Os alunos tendem a compreendê-lo como algo já adquirido nos livros e manuais escolares, sem nunca se interpelarem sobre o papel do historiador ou a própria legitimidade das fontes. A multiperspetiva surge diretamente ligada com as fontes e o seu papel de reconstrução do passado. É nas fontes que surge o conteúdo que o historiador interpreta e que posteriormente origina as narrativas em torno de um tema. Uma vez que o passado não ocorreu com a simplicidade de preto e branco, mas com um espectro de cores diverso, as fontes em si refletem parte daquilo que são as várias perspetivas do passado.

Ao professor, compete o papel de fazer a seleção das fontes que melhor representam as várias perspetivas tipificadas pela narrativa historiográfica. A partir daqui, o professor deve montar o esquema de questionamento das fontes e munir os alunos das habilidades necessárias para interpretar e desconfiar das fontes. Ao longo deste relatório de estágio, principalmente nos capítulos referentes à construção do plano de aula e da leção da aula, as fontes orais, a memória e a multiperspetiva que reside nas fontes serão pilares basilares de todo o projeto.

3. Metodológico

3.1. Contextualização

3.1.1. Escola

A Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves foi fundada no dia 29 de setembro 1978 e deve o seu nome ao médico Joaquim Gomes Ferreira Alves, sendo denominada, inicialmente, apenas como Escola Secundária de Valadares.

Para o entendimento daquele que é o contexto no qual a escola se insere, é necessário esclarecer quem foi o seu patrono. Joaquim Gomes Ferreira Alves nasceu a 9 de abril de 1883, na cidade do Porto, inserido numa família pertencente ao setor financeiro da cidade. Destacou-se pelo seu contributo para a medicina ao longo da sua vida, iniciando a sua carreira na Foz do Douro no combate ao raquitismo e escrofulose. Foi neste contexto que Joaquim Gomes Ferreira Alves colocou em prática experimental as suas ideias. Por esta altura, editou um conjunto de textos sobre a "necessidade dos Sanatórios Marítimos do Norte de Portugal" e lançou o projeto do Sanatório Marítimo do Norte, em Vila Nova de Gaia.

O hospital tinha como principal objetivo facilitar o apoio a doentes que, tal como o filho de Joaquim Ferreira Alves, sofriam com tuberculose. Neste hospital, eram proporcionadas as mais modernas terapias solares⁴². O hospital dispunha de métodos inovadores, como um aparelho de raio X. O hospital beneficiava também de uma Escola Primária, frequentada por crianças doentes e das imediações do hospital, e até chegou a possuir um jornal. Foi ainda incentivada junto dos doentes a busca por emprego e o aumento dos seus níveis de instrução.

Em suma, Joaquim Gomes Ferreira Alves foi um médico visionário e benemérito valorizado pela população gaiense e morreu de forma trágica em 1944 num acidente rodoviário. Para além dos dois sanatórios, Joaquim Ferreira Alves deixou um enorme

⁴² https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20joaquim%20gomes%20ferreira%20alves

arquivo fotográfico. É no ano de 1992, e por consequência de todas as contribuições de Joaquim Gomes Ferreira Alves para a medicina em Portugal e para a cidade de Vila Nova de Gaia que a Escola Secundária de Valadares altera o seu nome para aquele que carrega até aos dias de hoje, Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves.

Em 2009, a Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves apresentava-se já num estado de degradação claro, o que levou a que esta, como muitas outras escolas fosse integrada no projeto de requalificação promovida pela Parque Escolar. A requalificação da Escola Secundária de Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves foi marcada pela redefinição de uma nova frente para a Escola e pela reformulação da sua entra. Foi criado um edifício de oficinas e um novo espaço dedicado para os laboratórios. Foi também criado um pavilhão dedicado para a prática desportiva, na região sul do edifício⁴³.

A escola passou a possuir também uma estufa, mais espaços exteriores, uma esplanada e alargaram-se os espaços dedicados às refeições. Toda esta intervenção teve como objetivo a edificação do espaço necessário para a prática do ensino e da aprendizagem.

A oferta curricular da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, é composta pelo 3.º ciclo do Ensino Básico e o Ensino Secundário, abrangendo alunos do 7º até 12º ano de escolaridade. Dentro do ensino secundário a oferta curricular abrange ainda o ensino científico-humanístico e o ensino profissional.

As estatísticas mais recentes disponíveis em relação ao número de alunos remontam ao ano letivo de 2019-2020 e é com estas mesmas estatísticas que vamos desenvolver a análise da composição escolar, uma vez que o cenário se deve manter mais ou menos semelhante.

No que diz respeito ao ensino básico, existem 631 alunos a frequentar este nível de ensino, sendo 240 alunos do 9º ano (42,7%), 175 (27,7%) do 8º ano e 216 (34,2%) do 7º ano. No total, o ensino básico engloba cerca de 37% dos alunos da escola.

No conjunto dos quatro cursos Científico-Humanísticos incluídos na oferta curricular da escola estão inscritos 995 alunos, sendo que 523 encontram-se no curso de

⁴³ <https://parque-escolar.pt/pt/escola/053>

Ciências e Tecnologias (52,6%), 260 no curso de Línguas e Humanidades (26,1%), 74 no curso de Artes Visuais (7.4%) e 138 alunos no curso de Ciências Socioeconómicas (13,9%). No total, os quatro cursos científico-humanísticos integram 57% dos alunos da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, sendo que mais de metade deste grupo encontra-se no curso de Ciências e Tecnologias.

Ao nível do ensino profissional, existem 102 alunos na escola, sendo que 52 frequentam o curso de Técnico/a de Turismo e 50 frequentam o curso Técnico/a de Multimédia. No total, os alunos do ensino profissional integram 5,8% dos alunos da escola, cenário que nem sempre foi assim, mas que ocorre por consequência do fecho de vários cursos profissionais ao longo dos anos.

No total, a Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves é frequentada por 1746 alunos. Os dados demonstrados encontram-se disponíveis na plataforma Infoescolas e constituem os dados mais recentes relativamente a estas informações, dizendo respeito ao ano letivo 2019/2020.

Ainda sobre aquele que é o funcionamento da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, devemos referir a existência no projeto CLIL (Content and Language Integrated Learning). Este projeto está em prática na escola desde o ano letivo 2014/2015, sendo definido por um método de ensino em que uma língua estrangeira, o inglês, é desenvolvida em aula através da lecionação do conteúdo específico de cada disciplina. Nem todas as turmas estão integradas no projeto, mas as que fazem parte do projeto têm 30% das aulas das disciplinas de História, Geografia, Educação Visual, Ciências Naturais, Física e Química e TIC lecionadas em língua inglesa.

O objetivo do projeto CLIL passa pelo desenvolvimento das competências linguísticas, sociais e culturais que permitem aos alunos enfrentar as novas necessidades de um mundo cada vez mais dominado pela globalização e intercâmbio cultural.

3.1.2. As turmas

Ao núcleo de estágio de História da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, no ano letivo de 2021/2022, foram atribuídas três turmas de 9º ano e uma turma de 12º ano (Direção de Turma), totalizando 4 turmas. Nos anos letivos anteriores,

as disciplinas de História e Geografia eram lecionadas de forma semestral, formato este que foi abandonado no ano letivo de 2021/2022. Desta forma, tivemos apenas um bloco de 90 minutos semanais para a leção de História às três turmas de 9º ano, que por sua vez eram também turmas inseridas no projeto CLIL. Tudo isto contribuiu para que não fosse possível abranger as turmas de 9º ano neste projeto.

Fruto das condicionantes anteriormente referidas, a escolha da turma a integrar o projeto deste relatório de estágio teve de recair obrigatoriamente na turma de 12º ano do curso científico-humanístico de Línguas e Humanidades. Esta turma de 12º ano era composta, num primeiro momento, por 20 alunos, sendo que posteriormente este número foi alargado para 22. Contudo, três dos alunos que integravam esta turma não estavam matriculados na disciplina de História, apesar de terem assistido a grande maioria das aulas.

Quanto à distribuição da turma por idade e género, a idade dos alunos da turma variava entre os 17 e 20 anos de idade. 12 dos integrantes da turma pertenciam ao género feminino, representando 55% da turma, os restantes 10 alunos pertenciam ao género masculino, representando 45% da composição da turma. Com base nestes números podemos afirmar que a divisão de género da turma é mais ou menos equilibrada, situação que não é tão comum no que diz respeito às idades dos alunos já que estas variam entre 4 idades distintas.

A turma demonstrou desde cedo ter um comportamento, assiduidade e pontualidade excepcionais, principalmente na disciplina de História A, visto que o feedback dos outros professores nem sempre ia ao encontro desta afirmação. Esta postura manteve-se ao longo de todo o ano, sendo que nas aulas dos professores estagiários a indisciplina do 12º ano nunca foi um assunto ou um problema.

A relação da turma com os professores estagiários foi-se desenvolvendo ao longo do ano e das regências. Nas primeiras aulas a presença dos professores estagiários era quase indiferente para a turma, provavelmente porque a grande maioria destes alunos já estava habituado à presença de professores estagiários e por consequência dos défices sociais ampliados pela pandemia. Com o decorrer do ano letivo e das regências dos professores estagiários a relação com os alunos foi-se cimentando.

A nível de conhecimentos de cultura geral a turma apresentava uma inteligência assinalável, que por várias vezes ficou clara até em aulas supervisionadas. Contudo, a turma era tendencialmente pouco participativa, com a exceção de 3 alunos. Os restantes estudantes apesar de também apresentaram assinaláveis conhecimentos só o demonstravam se fossem convidados pelos professores a participar. De forma geral, a turma apresentava bons resultados em termos de aproveitamento à disciplina de História A, pelo que devemos fazer a ressalva a um aluno em específico que apresentava mais dificuldades e aos 3 alunos que não estavam inscritos na disciplina.

A turma do 12º demonstrou facilidade na interpretação de documentos escritos, na interpretação de documentos iconográficos e audiovisuais. A turma apresentou sempre capacidade para estabelecer relações entre os diferentes conteúdos lecionados pelos professores e apresentou sempre um elevado nível da expressão oral e escrita. A turma apresentava de igual forma bons resultados nas restantes disciplinas. De forma geral, a turma do 12º pode ser descrita como uma turma de cenário ideal para desenvolver todo o tipo de projetos e atividades, como foi comprovado ao longo de todo o ano letivo.

2.2 Estudo de caso

Desde o ingresso no estágio do Mestrado em Ensino de História do 3º ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário que a planificação do Relatório de Estágio foi uma problemática presente. Uma das problemáticas associadas à realização e execução deste Relatório de Estágio passaria sempre pela formulação dos instrumentos utilizados para a recolha de dados e perspetivas. O processo de planificação desta investigação teve sempre em mente a resolução dos objetivos inicialmente delineados na introdução. Contudo, toda a construção destes instrumentos teve, obrigatoriamente, de se adaptar às contrariedades e imprevistos relacionados com o estágio.

Como foi referido ao longo do relatório, o presente trabalho de investigação assentou na construção de um questionário, pela lecionação de uma aula referente à guerra colonial, pela realização de um evento com um antigo participante da guerra e um questionário final com o feedback dos alunos.

O inquérito foi aplicado junto da turma de 12º ano e foi composto por seis pontos distintos. Primeiramente, o questionário não foi realizado de forma anónima, sendo composto por elementos básicos de identificação (nome, número, idade e género). De seguida, os alunos foram convidados a responder aos seguintes pontos:

- Tem (teve) familiares que participaram na guerra?
- Se respondeu sim à questão anterior, indique quem.
- Tem (teve) familiares que viveram no período da guerra?
- Se respondeu sim à questão anterior, indique quem.
- Tens memória de alguma História que esses familiares tinham contado sobre a guerra ou sobre essa época?

Para finalizar o preenchimento do inquérito, os alunos deveriam elaborar duas respostas escritas de alguma extensão. A primeira resposta envolveria um breve resumo das memórias da época que lhes foram transmitidas e a segunda questão procurava compreender a perspetiva dos alunos sobre o carácter da guerra, através da terminologia de “Guerra Colonial, Guerra do Ultramar e Guerra Independentista”. Os alunos deveriam responder a este questionário entre janeiro até à data de leção da aula sobre a guerra colonial.

O inquérito foi entregue aos alunos no formato físico de papel e partindo desde sempre do pressuposto que não existiriam respostas certas ou erradas, uma vez que, o principal objetivo do inquérito era registar as perspetivas dos alunos sobre a Guerra e registar as memórias transmitidas pelos seus familiares. Contudo, uma das perguntas exigia aos alunos que justificassem a sua escolha e perspetiva.

A análise destes inquéritos dependeria, à partida, de padrões de avaliação muito relativos, visto que, estes inquéritos não poderiam propriamente ser avaliados de forma igualitária. Naturalmente, alguns alunos teriam familiares com memórias mais claras que outros, alguns nem familiares a participar na guerra teriam e a perspetiva que cada um deles teria do conflito poderia variar conforme uma multiplicidade de fatores. Todos estes pormenores serão tidos em conta na análise posteriormente feita a estes mesmos inquéritos.

O segundo questionário é composto por perguntas essencialmente mais simples e foi realizado na sequência do evento com o antigo combatente da guerra colonial. Este questionário foi composto por perguntas relacionadas diretamente com o *feedback* ligado ao evento, mas também levantou questões importantes relacionadas com a Guerra Colonial e as perspetivas de quem assistiu ao evento, como por exemplo:

Qual a importância que atribui à Guerra Colonial para o contexto da História Contemporânea portuguesa?

Este inquérito foi realizado através do *Google Forms* e não em formato físico como o anterior tendo em conta o facto de ser direccionado a um grupo amplo de pessoas e não apenas aos alunos de 12º ano. Entre o preenchimento destes dois inquéritos existem uma aula lecionada e um evento cuja formulação de ambos, uso de recursos e resultados, será amplamente discutida no capítulo prático deste relatório.

4. Prático

4.1. Resultados do questionário

Como foi referido anteriormente, o inquérito elaborado no âmbito deste relatório de estágio era composto por sete questões, sendo que o teor de cada uma destas questões varia bastante. As questões serão analisadas uma por uma de forma esmiuçadas de forma a deixar claras as perspetivas dos alunos.

A primeira componente do inquérito procurava aferir a composição daqueles que responderam a esse mesmo documento, conferindo a idade e o género de cada um. Como foi dito anteriormente, a turma era composta por 21 alunos, sendo que 3 destes alunos não estavam inscritos na disciplina de História apesar de frequentarem as aulas. Dos 22 alunos que compunham a turma apenas 4 não responderam ao inquérito, sendo 3 destes 4 os alunos não inscritos que por opção própria não quiseram participar nesta componente e um outro aluno estrangeiro.

Portanto, podemos afirmar que o total da amostra disponível para este inquérito era composto por 18 alunos, sendo 9 destes do género masculino e os restantes 9 do género feminino. Assim sendo, 40% da amostra é composta por alunos do género feminino e os restantes 60% são compostos por alunos do género masculino, o que confirma algum equilíbrio em termos de distribuição de género. Em termos de idades, esta distribuição varia um pouco mais, sendo que 47% da turma se encontra na faixa etária dos 18 anos, 35% possui 17 anos de idade, 12% 19 anos e 6% 20 anos de idade.

A primeira questão do questionário era “Tem (teve) familiares que participaram na guerra?” e a resposta à pergunta seria sempre limitada entre o sim e o não. 64% dos alunos inquiridos selecionou a resposta sim e os restantes 36% responderam não. Desta forma, podemos ver confirmada a ideia de que grande parte dos alunos da amostra estão ou estiveram em contacto com familiares que participaram diretamente na guerra. Tendo como objetivo averiguar a proximidade real dos alunos com estes familiares, a segunda questão do inquérito procura compreender o grau de parentesco dos alunos com esses mesmos familiares.

Dos 64% inquiridos que tiveram familiares a participar na guerra, 72% indicou ter apenas um familiar a participar na guerra e os restantes 28% tiveram pelo menos dois familiares a participar diretamente no conflito. No total, os alunos identificaram no inquérito 16 familiares, sendo que 57 % destes familiares eram avôs, 31% tios-avôs, 6% bisavôs e 6 % tios.

A questão seguinte era “Tem (teve) familiares que viveram no período da guerra?”. O objetivo desta questão passava por integrar também aqueles inquiridos que não tendo um familiar que participou diretamente na guerra lhes possa ter transmitido da mesma forma memórias, mais uma vez, esta resposta está limitada entre o sim e o não. Do universo absoluto dos inquiridos, 88% afirma ter familiares que viveram naquele tempo e apenas 12% responderam que não. No entanto, este número de alunos a responder que “não” parece no mínimo duvidoso e pode ter partido de uma “posição de preguiça”.

Os resultados em relação a esta questão correspondem ao espetável, a maioria dos alunos teve contacto com familiares que viveram naquele período e esse contacto vai servir mais tarde para os alunos conseguirem responder às questões seguintes. Assim sendo, inicia-se a última resposta primeira fase do questionário: “Tem memória de alguma história que esses familiares tenham contado sobre a guerra e sobre essa época? Elabora um breve resumo das memórias dessa época que lhe foram transmitidas.”

O propósito desta questão, apesar da sua formulação, permite aos alunos consultar os familiares que anteriormente referiram e todos os estudantes foram informados desta possibilidade. Contudo, nem todos os alunos aproveitaram esta oportunidade para fazer um registo das memórias dos seus familiares. A partir daqui, debruçar-nos-emos sobre as respostas dos alunos, tendo em atenção que se tratam de respostas extensas. Primeiramente, devemos referir que 60% dos alunos referiram memórias que lhes foram transmitidas e os restantes 40% não registaram memórias. A ausência de resposta de parte de alguns alunos foi justificada por fatores como distância ou até falta de proximidade com os familiares para abordar a questão.

De forma geral, as respostas dos alunos variam de forma muito ampla, uma vez que as memórias de cada aluno derivam em absoluto das informações que lhes foram transmitidas, sendo que algumas roçam até um pouco o surreal. Convém ainda referir que as citações dos alunos são respeitadas ao máximo, incluindo todos os detalhes da sua

ortografia, mas nem todas serão transcritas na íntegra, sendo, mais tarde, devidamente anonimizadas e disponibilizadas nos anexos.

Uma das primeiras questões que me chamou a atenção foi a do aluno J1 que refere que *“Devido aos traumas de guerra em que participou, o meu avô não falava muito sobre este assunto, mas certo dia contou ao meu pai o porquê de algumas cicatrizes visíveis no seu corpo (...)”*. Este excerto revela de imediato algo que já referimos anteriormente, a Guerra Colonial ainda como ferida aberta na vida de muitos portugueses. Neste caso em concreto, somos expostos às sequelas físicas e psicológicas que o conflito deixou. O restante desta intervenção reflete sempre este carácter mais traumatizante da guerra e por respeito às memórias dos envolvidos o resto do excerto ficará nos anexos.

A próxima resposta que decidimos destacar foi a do aluno D2 que refere *“O meu avô esteve na guerra colonial. Combateu na Guiné, esteve lá de setembro de 1967 a maio de 1968. O meu avô falou-me das dificuldades da guerra, tais como, emboscadas, pouca comida, pouco tempo de sono, a distância da minha avó.”*. Ao longo deste relato são descritas as dificuldades da guerra e acima de tudo a saudade da família que se deixa para trás. Com o decorrer da leitura deste relato são referidas ainda as constantes trocas de cartas onde os avós do aluno D2 referem as saudades que tinham um do outro. Este aluno foi referindo ao longo das aulas a existência de um álbum de fotografias do avô na Guiné e numa das aulas foi convidado a partilhar esse álbum junto da turma, ao longo de um bloco de 45 minutos.

O aluno G1 trouxe um dos relatos mais diferentes e densos de todos. O relato tem a extensão de uma página e meia e foi também disponibilizado nos anexos. O relato tem especial interesse por se tratar do relato de alguém que não esteve diretamente ligado a combates, mas que teve outro tipo de funções. *“Em junho de 1970, fui mobilizado para uma Comissão de Serviço Militar na Guiné, tendo embarcado no Navio Ana Mafalda nos primeiros dias de Agosto daquele Ano, com destino a Bissau, tendo sido integrado num Batalhão com a Especialidade de Radiotelgrafista, especializado em Morse e Fonia (...)”*. Apesar de ser especialmente interessante o facto deste aluno nos trazer um ponto de vista de alguém que não esteve diretamente ligado aos conflitos, mas que prestou serviços especializados, o interesse deste relato reside na dureza das suas palavras *“(...) ao fim de 7 Meses de Serviço Militar no Continente (...) e de 27 Meses na Guiné em*

Teatro de Guerra o que desejaria não ter ocorrido, terminei a minha vida Militar obrigatória, e regressei a Portugal Continental em finais de Novembro de 1972, tornando-se esta vivência militar, numa forma de amadurecimento duro e privativo de uma Vida Civil normal, como era meu desejo aos 20 anos de idade”. Ao longo deste excerto, fica especialmente vincado o papel privativo da Guerra Colonial para o desenvolvimento de todos os jovens que foram mobilizados para a guerra. As dificuldades provocadas por estas privações não cessam, perduram no tempo e alastram-se na reintegração dos antigos soldados na vida civil.

O aluno I1 tem uma resposta que vai muito ao encontro da resposta do aluno D2. Neste caso, também o avô participou na guerra na Guiné e esses tempos são descritos como *“(…) anos difíceis e que não era fácil estar fora do país de origem e longe da família. Para além dos problemas psicológicos e físicos que ficaram”*.

O aluno T1 começa por falar de um avô materno que não foi chamado para a guerra porque possuía um problema na perna direita, mas que se tentou voluntariar como cozinheiro para acompanhar os irmãos que foram chamados a prestar serviço militar na Guiné. O aluno T1 refere que *“(…) haveria muitas histórias para contar. Não podendo pegar em todas vou contar o que há de comum em todas elas. Basicamente, eram todos grandes apoiantes de Salazar e extremamente racistas (...) quando abatiam um negro cortavam-lhe a cabeça, pousavam-na em algum lugar para atrair mais pretos através do cheiro de sangue, uma vez que eram considerados pela generalidade dos portugueses como verdadeiros animais*”. Mais tarde, o aluno T1 refere que esta questão do racismo juntamente com o orgulho dos tios-avôs provocou vários atritos na família e tornou-se numa questão problemática dentro do seio familiar.

Em suma, as respostas dos alunos são muito variadas, mas possuem entre si vários elementos em comum. Um dos padrões que mais ficou notório foi o facto de muitos destes familiares terem sido mobilizados para a Guiné, o que pode ser reflexo do enorme esforço de guerra associado à região. Em quase todos estes relatos, somos constantemente confrontados com os sentimentos presentes de saudade, não só das famílias, mas também da normalidade associada à vida civil. Juntamente com estes sentimentos de saudade, vemos associadas as questões mais violentas dos passados dolorosos, como as mazelas físicas e psicológicas, como também os crimes de guerra.

4.2. Lecionação da aula

A fase seguinte do relatório ditou que chegássemos ao período de lecionação da aula sobre a Guerra Colonial. O plano de aula referente a esta aula será disponibilizado posteriormente juntamente com a sua análise e dos recursos utilizados. Mesmo assim, o plano de aula será também integrado nos anexos. A aula elaborada e representada no plano foi direcionada à turma do 12ºano. Trata-se de uma aula de 90 minutos, na qual são abordados os conteúdos relativos à Guerra Colonial e os seus antecedentes referentes à Questão Colonial.

O plano de aula correspondente a esta lecionação teve sempre como principal objetivo o cumprimento e conjugação das diretrizes presentes nas Aprendizagens Essenciais de História no 12º ano. Desta forma, a incorporação das Aprendizagens Essenciais no plano de aula tornou-se incontornável. Contudo, o ensino de História não pode nunca estar limitado aos padrões mínimos definidos pelas Aprendizagens essenciais. É esta crença de que o papel do professor deve ser o de conduzir os alunos a uma perspetiva mais ampla do que aquela que é ditada pelas Aprendizagens Essenciais e reproduzida pelos manuais que nos leva a construir um plano de aula o mais diversificado possível, tendo como foco aspetos como os passados dolorosos e a multiperspetiva.

O plano de aula foi composto conforme aquilo que nos foi ensinado ao longo do primeiro ano do Mestrado em Ensino de História e conjugado com o formato habitual praticado na Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves. Assim sendo, o plano de aula foi composto por uma Situação-problema, Indicadores de Aprendizagem, Motivação, Conceitos, Aprendizagens Essenciais, Avaliação. Contudo, apesar de todo o cuidado que foi posto na construção deste plano de aula, o espaço no qual decorre a aprendizagem não é estanque, o que obriga a que o professor esteja sempre pronto a adaptar-se a contratempos ou alterações naturais que decorrem fruto de uma multiplicidade de fatores. Todos estes detalhes serão também abordados na execução do plano de aula.

4.2.1. Lecionação da Aula

Quando iniciamos o processo de construção da aula sobre a Guerra Colonial, uma das primeiras questões que tivemos em conta foi a necessidade da valorização dos relatos da época. É um dado adquirido que o papel da fonte da época é imprescindível para o ensino da História, mas conforme se avança no programa e na História, a tipologia das fontes que se encontra disponível aumenta consideravelmente. A Guerra Colonial, por se tratar de um dos acontecimentos mais marcantes da História Contemporânea portuguesa, por ser ainda uma questão socialmente viva e por ter ocorrido num período temporal não muito distante, proporciona a existência de um conjunto de fontes mais amplo do que outros acontecimentos.

Por isso mesmo, ao longo da construção da aula a nossa prioridade foi sempre a valorização de fontes como os relatos dos intervenientes no conflito e das pessoas que viveram nesse período. A escolha pela utilização deste tipo de fontes é também fruto da tentativa de conjugar o papel do inquérito com o da aula, uma vez que, em ambos os casos os alunos estão a trabalhar com fontes cuja origem deriva da História Oral e dos intervenientes diretos do conflito.

Tendo tudo isto em conta, o primeiro momento da aula assentou no levantamento das ideias tácitas através do questionamento oral dirigido por parte do professor. Uma das questões essenciais para o levantamento destas ideias tácitas foi a questão que utilizamos como situação-problema, indicada anteriormente no plano de aula.

Partindo do pressuposto que a História é muito mais do que a sequência de acontecimentos da vida humana ao longo dos tempos e que se trata também de uma sequenciação de várias narrativas construídas pela Historiografia, a questão “A guerra foi uma guerra colonial, ultramarina ou independentista?” tinha como principal objetivo conduzir aos alunos sobre o questionamento da simbologia semântica de cada um destes termos. Através desta questão pretendíamos que os alunos se debruçassem sobre o significado de cada um destes termos e a que perspetiva ou narrativa do acontecimento pertencia cada um destes termos.

Contudo, através da expressão oral, os alunos revelaram algumas dificuldades até compreenderem o cerne da questão, algo que pode ter sido consequência de uma má formulação da questão ou simplesmente consequência dos alunos não terem as

capacidades necessárias para responderem à questão no momento. Apesar destas dificuldades, a possibilidade de responder a esta questão ser-lhes-ia dada mais uma vez através da última pergunta do questionário anteriormente analisado.

O momento seguinte da aula passou pelo visionamento do vídeo “Memórias da Guerra do Ultramar”⁴⁴. O vídeo apresenta de forma muito resumida a Guerra Colonial como acontecimento e os seus impactos. Assim, a apresentação resumida deste vídeo teve como principal objetivo que os alunos compreendessem algumas das ideias fundamentais sobre o começo da Guerra e as suas consequências a nível económico, humano e social. A utilização deste recurso não criou grande entusiasmo nos alunos nem abriu espaço para o surgimento de dúvidas. Os alunos aceitaram as informações que foram transmitidas sem grande questionamento.

O momento seguinte da aula pode ser caracterizado como um momento mais expositivo e onde fazemos a recapitulação dos acontecimentos que levam ao início da Guerra Colonial. Em História, os acontecimentos nunca existem de forma isolada, são sempre a continuação de algo contínuo no tempo. Na nossa perspetiva, ao longo de vários momentos, tanto as aprendizagens essenciais como os manuais apresentam alguns episódios da História menos relevantes para o contexto nacional de forma solta no programa, como se fossem fruto do acaso. Contudo, este fenómeno não ocorre com a forma como a Guerra Colonial é abordada nos manuais.

Tendo tudo isto em conta, o próximo recurso utilizado tenta ir de encontro à preocupação que os manuais têm de relacionar a entrada de Portugal na ONU com o começo do questionamento da legitimidade do colonialismo português. O recurso escolhido é um excerto de uma entrevista a Franco Nogueira⁴⁵, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1961 e 1969 e representante da delegação portuguesa da ONU. Por ter ocupado estes dois cargos, Franco Nogueira é uma das figuras importantes capazes de descrever a perspetiva do regime em relação ao colonialismo e a argumentação utilizada para integrar a ONU e para defender o carácter colonialista do regime nas instâncias internacionais.

⁴⁴ <https://ensina.rtp.pt/artigo/memorias-da-guerra-do-ultramar/>

⁴⁵ <https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/a-posicao-da-onu-e-a-resposta-portuguesa/>

Como é referido no plano de aula, após o visionamento do excerto da entrevista, pretende-se que os alunos sejam capazes de entender as vantagens que o regime acreditou existirem na participação de Portugal na ONU, mas acima de tudo, o papel da ONU e do consenso internacional anticolonial para o aumento da pressão ao regime. Para garantir que os alunos retêm aquilo que pretendemos do excerto são questionados oralmente sobre as questões que poderiam ter levado Portugal a fazer parte da ONU. Após a participação dos alunos é apresentada uma síntese através do *power point* com as ideias fundamentais que pretendemos que fossem retiradas.

De forma geral, os alunos mantiveram níveis de concentração assinaláveis e revelaram facilidade na identificação dos aspetos que queríamos que salientassem em relação ao recurso analisado. Assim sendo, os alunos voluntariaram-se para assinalar esses mesmos aspetos e identificaram a hipótese de Portugal ter um palco internacional para defender as posições do regime como um dos aspetos que justificaria a presença de Portugal na ONU. Foram também capazes de referir que a própria presença de Portugal serviria como legitimação dos preceitos ideológicos e constitucionais do regime.

Até este momento, todos os recursos que utilizamos e analisamos enquadram-se no primeiro indicador que definimos “Compreender o papel da pressão internacional para o processo de descolonização”. No momento seguinte da aula avançamos para o segundo indicador de aprendizagem que definimos para a aula “Interpretar as múltiplas perspetivas sobre a guerra e a argumentação do regime”.

Assim sendo, o recurso seguinte que utilizamos foi a “Carta das Nações Unidas, Capítulo XI DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS Artº. 73”. Contudo, é importante que não apresentamos a declaração na íntegra, de forma a tentar gerir os 90 minutos iniciais para os quais a aula foi pensada e para facilitar aos alunos a identificação imediata dos aspetos que queríamos que eles compreendessem.

Após a leitura do excerto, os alunos são confrontados com a questão “Seria o capítulo XI da Carta das Nações Unidas compatível com as práticas do Estado Novo? Justifica.” A turma revelou facilidade em responder à questão e a identificar as instâncias do documento que justificavam a resposta. Esta facilidade surge como consequência do habitual bom desempenho da turma e pela forma como o documento é apresentado. Após

os alunos exporem oralmente as suas respostas, é apresentada uma breve síntese com as citações chave do excerto.

O recurso usado de seguida foi Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960. Assim como no documento anterior, pretende-se que após a leitura e a análise do documento os alunos sejam capazes de compreender a argumentação da ONU e da comunidade internacional na condenação do colonialismo. Assim como no caso do documento anterior, este documento é apresentado de forma resumida com os objetivos anteriormente referidos de manutenção da fluidez da aula.

Após a leitura do documento é levantada através do *power point* a seguinte questão: 1- Identifique os argumentos da Assembleia Geral da ONU contra o colonialismo. Assim como na questão anterior, a turma demonstrou relativa facilidade na interpretação do documento.

Ainda com o objetivo de cumprir o segundo indicador de aprendizagem, é apresentado um par de documentos do manual. Esta estratégia tem também como intenção o apelo à variedade de recursos. Após o visionamento, leitura e análise de recursos reunidos pelo docente, os alunos são incentivados a recorrer ao manual. Assim sendo, são lidos e analisados os documentos: “A revogação do Ato Colonial” e “Uma nação dispersa” do manual Um Novo Tempo da História, documentos que se encontram presentes entre as páginas 100-101.

Após a leitura do documento “Razões da Revogação do Ato Colonial”, os alunos são interpelados com duas questões: 1- Justifique a intenção do regime ao revogar o Ato Colonial. 2- Apresente um argumento do regime em defesa do colonialismo. Da mesma forma, após a leitura do documento “Uma Nação Dispersa”, os alunos são interpelados pelas questões: 1- Refira a motivação dos Descobrimentos Portugueses, segundo a visão de Salazar. 2- Apresente os fatores que, segundo o documento, aproximam e/ou distinguem “*um nativo de Angola*” de um “*português*”. A análise destes documentos e questionamento feito em torno dos mesmos tem como principal objetivo mostrar aos alunos a perspetiva do regime em relação às colónias e os seus povos autóctones, facilitando a compreensão dos argumentos que o Estado Novo vai utilizar para defender a sua posse desses mesmos territórios.

A partir daqui, entramos naquela que foi a última parte da aula. Contudo, esta acabou por não ser concluída em 90 minutos. Apesar da aula ter sido pensada para concretizar-se em 90 minutos, pelas razões naturais do decorrer de uma aula, este último excerto da aula teve de ser concluído num bloco de 45 minutos da aula seguinte. Este último pedaço de aula iniciou-se com um momento mais expositivo, assente na apresentação de power point construída pelo professor estagiário. Este momento da aula teve como objetivo apresentar os conteúdos que dizem respeito ao eclodir da guerra de forma um pouco mais aprofundada que o manual. Por essa mesma razão, apresentar todos este conteúdo de forma sintetizada revelou-se missão impossível.

Até ao momento referido da aula, os alunos não revelaram nenhuma demonstração de interesse sobre o tema lecionado que fosse além do expectável. Este comportamento aparentemente apático dos alunos é consequência natural da postura habitual da turma em aula, mas também consequência de uma aula que até este momento não lhes tinha suscitado a curiosidade ou o questionamento. Apesar de todos os recursos utilizados até aqui irem de encontro a uma leção mais tradicional e mecanizada, quando estruturamos a aula era previsível que isto fosse acontecer. Por isso, mesmo nos próximos momentos da aula, seleccionamos recursos que teriam um impacto diferente nos alunos.

Um dos recursos que destacamos foi um excerto de um documentário da RTP referente à Guerra Colonial. Este excerto descreve os acontecimentos no Norte de Angola que originam o começo da Guerra e um dos elementos mais importantes deste excerto são os relatos de antigos membros da UPA que participaram nos massacres. A existência deste excerto chegou até mim através das aulas de História quando eu também frequentava o 12º ano. A naturalidade e a frieza com a qual os acontecimentos são descritos e a argumentação presentes no excerto levam-nos a questionar sobre os reais impactos da violência revolucionária e sobre o papel da opressão colonialista como rastilho dessa violência. O mesmo impacto de choque gerou em mim como aluno e nos meus colegas de turma na época, foi aquele que quis replicar junto dos alunos e que julgo ter conseguido.

Até aqui a participação da turma ocorreu de forma normal, mas após o visionamento deste excerto, o número de intervenções espontâneas e de dúvidas aumentou de forma considerável. Alguns alunos apresentaram-se claramente chocados

pela frieza com que os membros da UPA descreviam os homicídios outros soltavam risos, mas não de tom jocoso e sim de incapacidade de se relacionarem com os acontecimentos descritos, talvez uma demonstração de falta de empatia histórica. Contudo, o ponto mais interessante deste recurso foi o facto de ter aberto espaço para discussão em sala de aula. Ao longo do vídeo, os revolucionários justificam as suas ações chegando a dizer que os massacres feitos no Norte de Angola eram algo pequeno quando comparados a 500 anos de colonialismo. É precisamente esta questão que abriu espaço para que os alunos debatessem entre si o papel do colonialismo como rastilho para a violência independentista, fazendo com que os alunos se dividissem quanto à legitimidade da violência revolucionária. Ao longo da segunda fase do inquérito vemos que alguns alunos claramente se inspiram nos relatos que ouviram neste excerto para formularem as suas respostas.

O momento seguinte da aula foi dedicado à análise das capas de jornais “O Século” e “O Diário de Lisboa”. A capa do Diário de Lisboa é remetente a 4 de fevereiro de 1961 e a capa do jornal “O Século” é referente à data 5 de fevereiro de 1961. Mais uma vez, um dos objetivos do uso deste tipo de fontes assenta na preocupação existente na construção da aula de variar ao máximo o tipo de fontes, de forma a dinamizar junto dos alunos desafios de análise diferentes. Com a análise destas capas pretendia-se, ainda, que os alunos percebessem o impacto da censura e da propaganda na imprensa e a forma como estas condicionam toda a perceção dos acontecimentos em Portugal.

Mais uma vez, os alunos demonstraram facilidade no cumprimento das tarefas. Por comparação, esta análise dos recursos apresentados não abriu espaço para muito debate entre os alunos, visto que todos conseguiram perceber o papel da informação condicionada que chegava a Portugal em relação ao que se passava nas colónias.

De seguida, foi visionado um discurso de Eduardo Mondlane junto de um canal televisivo inglês. Após o seu visionamento os alunos foram questionados oralmente sobre alguns elementos presentes no discurso de Eduardo Mondlane. O propósito maior da utilização deste recurso residia na tentativa de proporcionar aos alunos a multiperspetiva em relação a duas narrativas: a narrativa do regime e a narrativa dos independentistas. Por consequência, o visionamento e a análise deste vídeo teve como objetivo proporcionar

aos alunos a compreensão do papel das elites intelectuais nos movimentos independentistas.

A partir deste recurso, a nossa reflexão leva-nos a crer que as reações dos alunos foram sempre mais efusivas quando expostos a este tipo de recursos onde é demonstrada a perspetiva independentista. Naturalmente, os alunos estão mais ou menos familiarizados com a narrativa colonialista do Estado Novo e quando são confrontados pelo ponto de vista independentista cria-se um ponto de discussão e debate saudáveis, onde os alunos buscam compreender as múltiplas perspetivas e tomar um lado sobre os assuntos do passado. Este comportamento parece-me comprovar que a Guerra Colonial é uma questão socialmente viva e que, de alguma forma, os alunos de um 12º ano de humanidades no ano de 2022, são ainda herdeiros de um passado colonial e demonstram todo o interesse em discutir esse mesmo passado.

A aula termina com uma breve exposição sumária sobre os impactos da guerra e as suas consequências. O principal objetivo deste último momento da aula era de demonstrar aos alunos a relação causal entre a Guerra Colonial e o fim do regime do Estado Novo, enquanto levantamos as problemáticas dos passados dolorosos e das consequências humanas do conflito. Este último momento de aula serviu também como elemento de conexão para as próximas duas atividades práticas relacionadas com o relatório de estágio: o evento com um ex participante da Guerra e a última questão do inquérito analisado anteriormente.

4.3. Relato da Guerra Colonial

Concluída a leção da aula e após a análise da primeira fase do inquérito, chamou-nos a atenção a existência de alguns alunos que não tinham familiares que tivessem participado diretamente na Guerra Colonial e até mesmo alunos que referem não ter contacto com nenhum elemento da sua família que tivesse feito parte daquela geração. A existência de um nicho de alunos sem qualquer tipo de contacto familiar com aquele passado doloroso, deu origem a uma distribuição desigual da participação dos alunos em todas as atividades postas em prática até este momento do relatório de estágio e criou ainda outras questões, como por exemplo, de que forma é que podemos integrar estes alunos de forma igual nas atividades e de que forma é que podemos cultivar a empatia

histórica em relação ao tema deste grupo de alunos. Foi na sequência desta linha de raciocínio que optamos por criar um espaço onde os alunos tivessem todos a oportunidade de estar em contacto com um antigo combatente da Guerra Colonial, o que corrigiria a lacuna de integração dos alunos que no inquérito não tiveram de participar de forma tão afincada, uma vez que não tinham familiares ligados ao conflito.

Outro dos motivos que nos levou a optar por esta estratégia no âmbito do relatório de estágio, assentou na oportunidade única que identificamos na temática para colocar os alunos em contacto com os intervenientes diretos da História. A realidade, é que ao longo do programa de História do ensino secundário, são poucas as temáticas que nos permitem apresentar aos alunos um relato ao vivo de alguém que viveu os assuntos/acontecimentos que os alunos aprendem ao longo do ano letivo. A Guerra Colonial, por ser um dos acontecimentos mais marcantes da História Contemporânea de Portugal e pela sua distância temporal relativamente curta, apresenta-se como uma oportunidade única de ouvir relatos na primeira pessoa, de explorar os denominados passados dolorosos e valorizar o papel das fontes orais para o ensino da História.

Assim sendo, optamos por criar uma atividade denominada de “Guerra Colonial: Um relato” e para a sua execução contamos com o contributo alargado de todas as pessoas relacionadas com o núcleo de estágio de História da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, por isso mesmo, toda a formulação e execução deste evento são fruto de vários pensamentos, perspetivas e opções. É importante mencionar que, a criação desta atividade não foi um processo fácil, nós queríamos que esta atividade consistisse apenas em relatos, contudo não foi possível.

Inicialmente, achamos que a melhor forma de concretizar este projeto seria através do convite de alguns avós dos nossos alunos, mas estes não quiseram dar a conhecer a sua experiência pessoal. Segundo o que os alunos relataram, alguns dos seus familiares não falam sobre o assunto, sendo ainda um passado mal resolvido para muitos destes protagonistas da História. Esta informação só por si, já era indicadora que alguns dos alunos convivem de facto com a consciência do impacto que o passado doloroso tem naqueles que dele fizeram parte, como fica demonstrado pela capacidade dos alunos reconhecerem o assunto como um tabu para os seus familiares.

Esta rejeição acabou por limitar um pouco a nossa ideia inicial, obrigando-nos a reformular a estrutura do evento e a sua proposta. Assim sendo, tínhamos em mente convidar alguns participantes na Guerra Colonial de forma a montar um painel de palestrantes que permitisse trazer um conjunto de perspetivas mais amplas possíveis. Contudo, não conseguimos contactar mais do que uma pessoa disposta a palestrar sobre o assunto. Num cenário ideal, esta iniciativa poderia ter ocorrido com um par de palestrantes e até com alguém que tivesse vivido a guerra do lado dos independentistas. Neste cenário, estariam reunidas as condições ideais para colocar em prática os objetivos que delineamos inicialmente da valorização da História oral e dos passados dolorosos.

Tendo em conta os entraves que foram surgindo com a formulação da atividade, optamos por formular uma exposição complementar à palestra onde os alunos apresentariam um conjunto de imagens da Guerra. Para fazer essa apresentação os alunos apoiaram-se num guião condutor feito pelos professores e complementado pela pesquisa própria feita por eles. Os objetivos desta iniciativa complementar foram incutir nos alunos um maior interesse pelo tema, ânsia de fazer uma pesquisa que fosse além dos conteúdos que já teriam sido lecionados, criar uma oportunidade de os alunos desenvolverem as suas capacidades comunicacionais e promover a autonomia.

Para o evento foram convidados os alunos da turma de 12º ano, os professores do grupo de História da Escola Secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves, os professores da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e os colegas do Mestrado em Ensino de História. A inclusão de todos estes elementos que compõem a comunidade educacional e estudantil vai de encontro a um dos objetivos que sempre delineamos para a execução desta atividade, o de criar um grupo amplo de perspetivas. Devemos ainda mencionar que o evento teve a participação de todos os elementos da turma de 12º, que se ofereceram para elaborar questões ou curiosidades que tivessem para o nosso convidado. A eles também devemos a apresentação da exposição evocativa que treinaram connosco os textos nos apoios e a postura que deviam adotar.

O palestrante selecionado foi o Senhor Joaquim Santos. Podemos começar por dizer que o senhor Joaquim Santos foi furriel, uma patente oficial do exército durante o período da Guerra Colonial. O seu percurso nas forças armadas começou após ser convocado para servir o seu país cumprindo treino militar nas Caldas da Rainha, na atual

Escola de Sargentos. Após a formação militar, segue para Santarém para realizar a especialidade e de seguida é transferido para Estremoz, onde passa a integrar o batalhão.

Posteriormente, o Senhor Joaquim Santos embarca destacado para a Guiné-Bissau, onde se iniciam dois longos anos de serviço militar. O ex combatente é destacado para uma região que descreve como relativamente calma para aquilo que era o cenário de guerra geral da Guiné. A sua experiência na Guiné fica marcada pelas saudades da família e da vida civil, pelo fim de um relacionamento que deixou em Portugal e pelas responsabilidades de comando de grupo que lhe são atribuídas posteriormente já na Guiné.

O ex combatente afirma que ficou responsável pelo grupo após uma sucessão imprevista de eventos e descreve como um grande fardo a responsabilidade que recaiu sobre si. Da mesma forma, o ex combatente descreve um ambiente de bem-estar com os civis africanos que nada tinham de relacionado com a Guerra e um quotidiano duro dentro do quartel e marcado por privações. Por fim, em 1973, o senhor Joaquim Santos regressa a Portugal e termina o serviço militar obrigatório. Regressa a Portugal um homem totalmente diferente daquele que partira e descreve como caricata a reintegração na vida civil. Estes assuntos foram todos explorados de forma mais aprofundada ao longo da sua conversa.

O convidado seguiu alguns dos tópicos que elaboramos para o decorrer da palestra, mas de forma quase constante não foi preciso recorrer a estes tópicos porque o convidado, pelo seu à-vontade comunicacional acabou por abordar estes mesmo tópicos sem que houvesse a necessidade de encaminhar a palestra nessa direção. Mesmo assim, achamos por bem incluir e identificar os tópicos abordados ao longo da experiência:

- Nome, data e local de nascimento?
- O que fazia antes de ser chamado para cumprir serviço militar?
- Onde fez a recruta e que idade tinha quando foi chamado?
- Em que colónia é que serviu?
- Como era o clima, vegetação e composição urbana?
- Como era a relação com os habitantes locais?
- Como era a rotina quotidiana em contexto de guerra?
- Fez amizades com outros soldados e se manteve contactos?

- Algum momento que o tivesse marcado de forma negativa?
- Quando é que voltou a Portugal e como foi o processo de reintegração na sociedade civil?

O evento decorreu conforme as delineações finais ditadas pelo seu planeamento uns meses antes. Contudo, a palestra acabou por ir muito além deste esboço inicial, por consequência do discurso do convidado e também pelas interações que foram surgindo entre o convidado e aqueles que assistiram ao evento. De seguida, algumas perguntas foram introduzidas para que o ex-combatente pudesse contar a sua experiência na Guerra Colonial. Estas perguntas foram feitas pelos alunos da turma do 12ºano que assistiram à palestra e por uma das professoras que também foi convidada. As perguntas que foram levantadas pelos alunos no fim da conversa com o palestrante foram de encontro aos seguintes tópicos:

- Fez amizades com locais?
- Ocorreram alguns casos de abuso de poder por parte dos seus superiores?
- Carrega algum trauma ou questão mal resolvida quanto a esse período?
- Como foi saber que poderia voltar a casa?

De seguida, decidimos chamar um dos nossos alunos do 12ºano, para ler uma memória do seu avô. Devemos também mencionar que a leitura do texto do avô, foi algo espontâneo e decidido à última da hora, o que originou um nervosismo notório do estudante ao lê-lo. Contudo, aquela memória devia ser partilhada e ouvida por todos os que estavam ali presentes. A forma como o seu avô tão abertamente expôs que depois daquela experiência nunca mais foi o mesmo era importante para nós. Tal como o nosso convidado também o referiu. São vivências que marcam e moldam as pessoas até ao fim das suas vidas. E era essa a ideia que queríamos transmitir. É impossível combater numa guerra e ser a mesma pessoa que se era antes de lá estar. Tudo o que se vive provoca sequelas e algumas delas acompanham as pessoas até ao fim das suas vidas. Reiterando, portanto, a ideia de que os passados dolorosos se perpetuam no tempo e convivem para sempre com aqueles que fizeram parte do passado e com os seus descendentes.

A última parte do evento foi dedicada à exposição evocativa. A exposição foi a componente que estruturou a segunda parte da atividade que projetamos. Inicialmente, todos os alunos foram convidados a fazer parte da exposição e a contribuir para a sua criação. Contudo, apenas quatro alunos demonstraram ter a disponibilidade e o interesse necessários para contribuir na construção deste projeto. Assim sendo, idealizamos a construção de um projeto expositivo maioritariamente por imagens acompanhadas por legendas ou um pequeno corpo de texto. A seleção destas imagens foi feita através do professor e juntamente com elas foi entregue aos alunos um conjunto de textos que poderiam acompanhar as imagens quando estes as fossem apresentar. A partir daqui os alunos são convidados a fazer uma pesquisa extra e a reformularem os textos conforme aquilo que quisessem acrescentar.

Assim sendo, os elementos que compunham a exposição foram divididos pelos quatro estudantes que se voluntariaram para participar neste projeto. Na generalidade tudo correu como era previsto. Os alunos apresentaram num tom em que toda a gente pudesse ouvir as suas explicações relativas aos cartazes, ampliaram o esboço inicial que lhes foi fornecido para a construção do discurso e tentaram ao máximo não ler o texto, familiarizando-se previamente com os elementos que reuniram para aquele momento expositivo.

Quanto ao decorrer do evento, não podemos deixar de salientar alguns aspetos que podiam ter corrido melhor. O primeiro dos entraves que realçamos foi a dificuldade de agendar o evento e de requisitar o auditório, uma vez que, se o evento tivesse decorrido no dia 16 de maio teria sido bem mais fácil para os alunos comparecerem, até porque numa fase inicial, queríamos alargar o convite a outras turmas do 12º ano de História A. Não tendo essa possibilidade, tivemos de optar por outra data que permitiu apenas a presença de um número reduzido de elementos do corpo estudantil. Dessa forma, os alunos do 12º tiveram de comparecer ao evento fora do horário curricular habitual.

O segundo ponto a salientar está relacionado com a forma como os alunos foram convidados a intervir. Acreditamos que, dadas as circunstâncias, a participação dos alunos foi positiva, com o questionamento feito ao convidado, com a leitura dos relatos dos familiares e com a apresentação da exposição evocativa. No entanto, podíamos ter ampliado melhor o momento da exposição, convidado os alunos a participar mais na

construção da exposição, colocando um maior número de alunos a intervir e a ensaiar melhor a própria apresentação.

Em relação à palestra, acreditamos que a inclusão de outro convidado poderia ter sido benéfica. Aumentar a diversidade do painel poderia ser interessante na medida em que seria possível trazer outra perspetiva diferente da guerra. O nosso convidado tinha um grande à vontade para abordar o tema, não tendo participado diretamente em conflitos e tendo um percurso relativamente bem resolvido quanto à guerra, acreditamos que a adição de um novo convidado teria sido interessante na exposição daquilo que são os passados dolorosos da guerra. Este acrescento não foi possível devido às limitações de tempo e porque não é nada fácil encontrar pessoas dispostas a falar para uma plateia sobre o assunto, em casos cuja resolução pessoal positiva com o passado não é tanta. Caso este evento tivesse uma sequência, esta seria sem dúvida uma das lacunas a retificar.

Em suma, após um processo sério de autocritica e de reflexão, colocamos à disposição um questionário/inquérito para todos aqueles que assistiram ao evento pudessem dar a sua opinião sincera e anónima. Assim sendo, o feedback que nos foi dado podemos afirmar que, na generalidade o evento correu bem, podendo ter corrido ainda melhor se tivéssemos trazido mais do que um convidado, e, claro, se tivéssemos alargado o formato da exposição teríamos colocado os mais alunos a participar de forma mais dinâmica.

4.3.1. O inquérito sobre o evento

Com o fim da palestra, foi necessário criar um questionário/inquérito para obter o feedback de todos os envolvidos. Este foi elaborado no *google forms* e enviado por e-mail a todos os que estiveram presentes no acontecimento. O questionário era composto por cinco perguntas que vamos apresentar de seguida, acompanhadas de algumas respostas. Além de querermos obter feedback em relação à atividade, queremos tirar ilações sobre a importância que os alunos atribuem à guerra colonial e sobre aquilo que eles consideram ser a importância dos relatos daqueles que fizeram parte dos passados dolorosos.

A primeira pergunta procurava determinar a origem de quem estava a responder ao questionário, tentando aferir se esta pessoa pertencia ao grupo docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, se era docente da Escola Secundária Dr. Joaquim

Gomes Ferreira Alves, se era estudante da Faculdade Letras da Universidade do Porto ou da Escola secundária Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves. Desta forma, de um total de 27 pessoas presentes, 25 pessoas responderam ao inquérito, sendo 72% da plateia composta por alunos da Escola e os restantes 28% da plateia eram compostos pelos elementos da comunidade educativa e estudantil anteriormente referidos. Desta forma, podemos concluir que a maioria do público foram alunos da escola secundária do 12º ano de escolaridade, constituindo estes o principal público-alvo da atividade e das questões que surgem na sequência do inquérito.

A segunda pergunta do questionário fazia referência à avaliação da pertinência do evento, numa escala quantitativa e qualitativa de 1 a 10. Cerca de 40% dos inquiridos avaliou o episódio com a nota 10, 24% com a nota 9, 28% com a nota 8 e 8% com a nota 7. As avaliações neste âmbito foram muito boas, não havendo uma única nota abaixo de 7 e a esmagadora maioria das avaliações concentrava-se entre o 9 e o 10. De salientar, no entanto, que o público era maioritariamente composto pelos nossos alunos, que podem ter-se deixado influenciar pela amabilidade do costume para com os professores estagiários. Contudo, estas percentagens não deixam de ser reflexo daquele que foi um relato sobre a Guerra Colonial bastante importante de se ouvir e acima de tudo, interessante para os alunos na sua generalidade.

A terceira pergunta procurava aferir junto do público se destacavam algum momento positivo ou negativo da palestra. A maior parte das respostas foram positivas destacando alguns aspetos como, a grande capacidade comunicativa do convidado, a amabilidade e disponibilidade para responder a todas as questões que foram sendo levantadas, a importância de aprender sobre o quotidiano do cenário de guerra e o ambiente entre os soldados e ainda de referir a importância que na generalidade é atribuída aos relatos em primeira mão sobre a guerra, como fica claro pelas seguintes respostas:

“Foi muito esclarecedor perceber um ponto de vista real do conflito.”

“Gostaria de realçar o ponto positivo de termos tido contacto com uma história real o que nos leva a uma análise muito mais aprofundada da Guerra Colonial e a ter uma perspetiva e uma opinião bastante mais fundamentada e sustentada.”

Ao longo da descrição que fizemos até aqui, salientamos alguns aspetos, que na nossa perspetiva, podiam ter corrido de melhor forma. Naturalmente, aqueles que assistiram à palestra foram de encontro a alguns aspetos negativos que já tínhamos salientado anteriormente, como fica claro na seguinte resposta:

“Mesmo sabendo que não é fácil a seleção, considero que a presença de um antigo combatente que estivesse mesmo em cenário de guerra e pudesse dar um testemunho efetivo do que era estar em combate, teria sido mais enriquecedor. Mas compreendo que são bem mais difíceis de conseguir este tipo de testemunhos, pela efetiva e dolorosa memória que marcou e continua a marcar os ex-combatentes.”

A quarta pergunta do questionário foi “Qual a importância que atribui à Guerra Colonial para o contexto da história contemporânea portuguesa?”. Perante esta questão, aqueles que assistiram ao relato referiram aspetos como a ligação da Guerra Colonial como rastilho que conduziu ao fim do Estado Novo, o papel da Guerra para a construção da nossa democracia, realçam o seu papel como conflito do contexto da Guerra Fria e atribuem-lhe um papel decisivo para o fim do pensamento colonial.

“A história da Guerra Colonial é importante na época em que vivemos, visto que, ainda, existem muitos testemunhos reais de quem combateu mesmo na guerra, o que nos permite um estudo mais aprofundado da guerra e mais correto, abrangendo diversas perspetivas de ambos os lados que estiveram em oposição no conflito.”

“A sua importância é tão relevante que ela se ligou definitivamente à conquista da liberdade e da democracia no nosso país! Antes disso, contribuiu para uma (re)leitura da nossa memória do império português. Seria importante poder ser revisitada devidamente, como mais uma desmonstração da barbárie humana e do desrespeito pelos direitos humanos: como cenário de crimes de guerra que, como muitos outros, em todas as épocas, que ficaram sem punição...!”

A última pergunta do inquérito questionava os participantes se consideravam pertinente ou não a realização do evento tendo em conta o seu todo com a exposição evocativa e o relato na primeira pessoa sobre a guerra colonial. Assim sendo, 96% dos inquiridos respondeu que sim, salientando assim a inegável justificação da realização do mesmo, onde apenas 4% dos inquiridos respondeu que não.

4.4. Resultados da última questão do inquérito

Finalizadas todas as atividades postas em prática no âmbito deste relatório de estágio e a sua respetiva análise, somos encaminhados para o último momento do processo de investigação, a análise da última questão do inquérito. Após o fim da palestra, os alunos receberam de novo o inquérito e foi-lhes dada a tarefa de responder à última questão do enunciado: Para ti, a guerra entre 1961 e 1974 foi uma guerra independentista, uma guerra colonial ou uma guerra ultramarina? Justifica a tua resposta.

Ao longo do desenvolvimento deste relatório de estágio, a preocupação de colocar os alunos a questionar as fontes e a pensar criticamente sobre as temáticas lecionadas foi sempre uma prioridade. Indo ao encontro dessa mesma prioridade, em vários momentos ficou notória a preocupação em trabalhar as várias perspetivas sobre o conflito. Assim sendo, a pergunta anteriormente exposta tem como principal objetivo compreender qual é o entendimento dos alunos em relação às várias perspetivas em relação ao conflito e a capacidade dos alunos de associarem o papel da linguagem na construção das narrativas. Optamos por selecionar excertos das respostas dos alunos, uma vez que a maioria destas questões não poderia ser exposta neste momento do relatório. No entanto, tentamos sempre respeitar o fio condutor do raciocínio dos alunos e selecionamos 8 respostas diferentes, tendo em vista captar com maior amplitude as diferentes interpretações dos alunos.

Ao longo destas respostas, uma das primeiras incidências que devemos salientar é a incapacidade de alguns alunos em identificarem o conflito armado como um acontecimento de várias perspetivas. Apesar da maior parte dos alunos não padecer deste problema, um número ainda considerável de alunos demonstra que não consegue perspetivar a Guerra Colonial como um acontecimento que vai para além da perspetiva portuguesa. Este fenómeno parece-me mais claro nas respostas dos alunos F2 e G1 quando afirmam por exemplo:

“Eu classifico esta guerra como uma guerra colonial, pois no fundo Portugal sempre teve colónias devido às riquezas e a exploração que lá era realizada, embora tenha tido outras classificações, como por exemplo províncias ultramarinas, isto com o objetivo de serem bem vistas pelas outras nações e Portugal poder continuar a afirmar o seu domínio que na altura era tão importante.” -F2.

“Na minha ótica, o conflito ocorrido entre 1961 e 1974 foi uma guerra colonial pois, um país colonizador (Portugal) recusou ceder independência e poder próprio aos territórios que eram considerados suas colónias (...) Esta ideologia imperialista de Portugal (na minha opinião errada) não foi de todo um benefício para o nosso país e acabou por provocar danos económicos e humanos extremamente graves e severos danos territoriais, humanos, económicos e sociais para os países que pela sua independência lutaram. (...)”- G1.

Por outro lado, alguns alunos através de uma forma muito sintética, conseguiram identificar e justificar as várias perspetivas em relação à Guerra Colonial. Um dos casos flagrantes de facilidade em identificar as várias perspetivas são as respostas dos alunos B1 e F1. No entanto, apesar de ambos terem identificado com facilidade as duas perspetivas diferentes do conflito, demonstraram dificuldades na identificação da terminologia “ultramarina”, que vai muito além daquilo que é a localização além-mar.

“(...) Em primeiro lugar, foi uma guerra independentista, visto que os territórios africanos estavam subjugados ao poder de Portugal e desejavam a sua independência. Por outro lado, foi também uma Guerra Colonial, pois os territórios africanos eram as colónias de Portugal (a metrópole). As colónias eram completamente exploradas pelo país colonizador e esta questão acabou por despoletar o conflito. Por último, a guerra também pode ser considerada uma guerra ultramarina, pois o conflito situava-se fora do continente europeu.”- B1.

“Eu acho que depende do ponto de vista. A guerra entre 1961 e 1974 foi independentista por parte das colónias, colonial e ultramarina no ponto de vista português. Na verdade, esta foi independentista pela perspetiva dos movimentos de libertação das colónias, pois estas lutavam pela independência dos seus países. Já da perspetiva portuguesa, esta foi colonial, pois a mesma aconteceu nas nossas colónias. E ultramarina, pois as colónias ficavam do outro lado do mar, por isso a definição ultramarina.”- F1.

Outro fenómeno recorrente ao longo das respostas do aluno é a pessoalização das suas respostas. Em relação a este fenómeno é muito complicado atribuir qualquer tipo de juízo de valor positivo ou negativo. Se em parte a pergunta convida os alunos a darem a sua perspetiva, teria sido também importante que demonstrassem empatia histórica

suficiente para perspetivarem a Guerra Colonial fora da lente de um jovem do século XXI. No entanto, nem todos os alunos envergaram por esta abordagem e aqueles que optaram também contribuíram para a identificação daquilo que a visão de um jovem fruto do século XXI a interpretar um passado doloroso da História Contemporânea de Portugal.

Por último, gostaríamos de salientar a capacidade de alguns alunos em termos de empatia histórica e compreensão dos passados dolorosos. Esta compreensão fica bastante presente na resposta do aluno T1 que ao longo da sua resposta na íntegra demonstra a preocupação clara com aquilo que foi o papel dos soldados e das suas vivências na composição da Guerra Colonial como tema. Vemos ainda, no caso da resposta do aluno G1 um outro caso de empatia quando afirma que *“Esta ideologia imperialista de Portugal (na minha opinião errada) não foi de todo um benefício para o nosso país e acabou por provocar danos económicos e humanos extremamente graves e severos danos territoriais, humanos, económicos e sociais para os países que pela sua independência lutaram.”*

“Na minha opinião, a designação de guerra que ocorreu entre 1961 e 1974, depende do ponto de vista em que for analisada. Do lado dos africanos, e de alguns portugueses nos quais eu me incluo, esta foi uma guerra independentista. De facto, aqueles territórios não pertenciam aos portugueses, mas sim aos nativos africanos. Se repararmos bem, os portugueses chegaram lá algures no século XV e disseram que aqueles territórios lhes pertenciam, ignorando os que já lá habitavam. Ninguém assinou contrato algum ou um tratado (...). Deste modo, podemos referir que nós destruímos as bases sociais e políticas deles. Impusemos-lhes a nossa língua, a nossa religião, as nossas instituições, as nossas bases de poder e a nossa cultura. Deste modo, 500 anos após terem sido subjugados eles decidiram que já era altura de voltarem a ter o direito de serem eles próprios e de recuperarem a sua soberania e o seu direito à autodeterminação. Neste ponto de vista, foi uma guerra independentista. Mas, se olharmos para o ponto de vista dos soldados portugueses, verificamos que estes consideram ter lutado pela pátria e para proteger os territórios que consideravam ser seus (...) Considerando desta forma, uma guerra colonial e ultramarina, visto que estas eram Províncias Ultramarinas de Portugal.”- T1.

Em suma, as respostas dos alunos variaram em tamanho, mas também em conteúdo. Algumas das respostas que apresentamos até aqui demonstram clara incompreensão total da questão, incompreensão esta que será ponderada na conclusão. Contudo, a maior parte dos alunos conseguiu entender a questão e uma parte substancial dos alunos teve a capacidade de apresentar empatia histórica e de reconhecer as múltiplas perspetivas presentes na Guerra Colonial, mesmo que por vezes não tivessem expressado essa interpretação através do fio condutor mais preciso.

5. Conclusão ou Considerações Finais

Findadas as análises à componente prática deste relatório de estágio, vemo-nos num momento obrigatoriamente de conclusão e reflexão crítica do trabalho realizado até aqui. Logo no início deste relatório, dissemos que a ideia que lhe deu origem tinha em vista a preservação da memória histórica, o desenvolvimento da empatia histórica dos alunos juntamente com a valorização do relato daqueles que fizeram parte dos passados dolorosos. De forma geral, acreditamos que fomos bem-sucedidos no respeito das bases que originaram este relatório.

Devemos referir que ensinar História nunca é uma tarefa fácil e mais difícil se torna a tarefa quando falamos de um tema que nos é tão próximo. A Guerra Colonial, como fomos referindo e justificando ao longo deste relatório, é sem dúvida um dos passados dolorosos da História Contemporânea portuguesa e uma questão socialmente viva. Juntamente com a sua proximidade temporal, a Guerra Colonial apresenta um conjunto de dificuldades na sua leção e na consequente execução deste relatório de estágio.

Como foi dito anteriormente, procuramos sempre pautar a execução da componente prática deste relatório através da valorização da memória. Esta valorização, num primeiro momento, foi pensada através das vivências dos próprios familiares dos alunos e executada através do inquérito apresentado em duas fases distintas. Contudo, associados a este esforço e ao próprio inquérito, ocorreram dificuldades que não conseguiríamos prever antecipadamente. Uma destas problemáticas foi a quantidade de alunos que não conseguiram identificar memórias dos seus familiares ou que não se sujeitaram a falar com esses mesmos familiares, que por razões de proximidade ou por

estas questões serem ainda tabu dentro do seio familiar, questão que reflete por completo o papel da Guerra Colonial como ferida ainda aberta na sociedade.

Ainda sobre o inquérito, após a sua análise, percecionamos que este poderia ter sido construído de forma mais cuidadosa e de forma a explorar melhor as perceções dos alunos. O inquérito foi pensado numa primeira fase para colocar os alunos a trabalhar junto dos seus familiares a importância da memória como fonte. Já na segunda fase, quisemos convidar os alunos a partilhar a sua percepção daquilo que foi para eles a Guerra Colonial. Contudo, acreditamos que podíamos ter trabalhado de forma mais precisa todos estes elementos, questionando por escrito os alunos sobre a importância da memória ou até o que são para eles os passados dolorosos. Mas, de forma geral, acreditamos que o inquérito foi capaz de refletir em parte aquilo que era a visão dos alunos sobre a Guerra e de os colocar a aprender História através de uma fonte não tão comum, os intervenientes diretos.

Falando ainda daquelas que foram as limitações deste relatório, toda a componente prática deste relatório teria beneficiado se tivesse sido executada com pelo menos mais uma turma. De facto, tal só não foi possível porque no início do ano, quando todo este relatório foi pensado, a ideia que nos foi transmitida é que devido às alterações de horário semestral para 3 períodos, as turmas de 9º ano dificilmente chegariam a lecionar assuntos tão próximos do programa. Contudo, esse não foi o caso, mas a confirmação dessa possibilidade surgiu num contexto já demasiado tardio do ano letivo para poder colocar em prática qualquer atividade em relação à Guerra Colonial junto dos alunos das turmas de 9º ano.

A última limitação que gostaríamos de abordar em relação a este relatório diz respeito à última componente prática que compôs este relatório de estágio. A palestra realizada com um antigo combatente da Guerra Colonial poderia ter beneficiado em termos de perspetiva caso tivéssemos conseguido reunir um número maior de combatentes da Guerra dispostos a comunicar a sua experiência. Esta presença poderia beneficiar a componente da multiperspetiva em relação à atividade em si e por consequência trazer uma perspetiva mais ampla para os alunos sobre aquilo que foi a Guerra.

Ainda em relação à atividade posta em prática com o ex combatente da Guerra Colonial, a segunda componente desta atividade, a exposição, poderia ter sido elaborada de forma mais inclusiva. Como dissemos anteriormente, só quatro alunos quiseram fazer parte desse momento da atividade e a sua participação acabou por não ser tão autónoma quanto aquilo que desejaríamos. Apesar dos alunos terem ajudado a construir a exposição e terem-se voluntariado para a apresentar, num cenário ideal, a exposição teria de ser montada de raiz pelos estudantes e, em princípio, por mais do que quatro alunos. Por consequência, acreditamos que se tivesse sido dada mais autonomia aos alunos e se este projeto tivesse sido trabalhado desde o início do ano, a naturalidade e fluidez com que esta componente ocorreu teriam sido bem mais próximas daquilo que idealizamos inicialmente.

Contudo, nem tudo o que aquilo que compôs este relatório pode ser limitado a complicações e possibilidades que não se realizaram. Quando idealizamos todo este relatório, estabelecemos como principais objetivos: ampliar a perspetiva transmitida pelos manuais e programa curricular sobre a Guerra Colonial e valorizar junto dos alunos a importância das fontes primárias, mais concretamente a memória daqueles que lhes são mais próximos. Acreditamos que fomos capazes de valorizar devidamente o papel da memória e que os alunos compreenderam o valor das fontes da época para a construção do conhecimento histórico. Ainda na sequência da valorização da memória, acreditamos que o diálogo proporcionado pelo ex combatente da Guerra Colonial funcionou perfeitamente como forma de valorizar a memória da Guerra Colonial junto também daqueles alunos que não conseguiram ter acesso às memórias dos seus familiares.

Sabíamos à partida que ensinar passados dolorosos e questões socialmente vivas levantaria só por si um conjunto de dificuldades, mas sabíamos também que o papel do professor de História passa por ser um interlocutor destes passados, de ser um agente desmistificador dos tabus e um promotor do debate sobre o passado. Mas, a Guerra Colonial não é só o passado, como fomos salientando ao longo deste relatório, tudo aquilo que foi a Guerra perdura até aos dias de hoje, em parte através das memórias daqueles que fizeram parte da Guerra e por outro lado na nossa construção daquilo que foi a História recente de Portugal. Por isso mesmo, é que sempre que falamos de Guerra Colonial, vemos ainda nos dias de hoje uma movimentação de vozes a opinar, de todos os estratos e meios que compõem a sociedade portuguesa.

Este relatório permitiu também trazer-nos a visão dos alunos de 2022 sobre aquilo que foi a Guerra Colonial. Pelas suas respostas, podemos compreender que não se sentem herdeiros de tudo aquilo que foi a Guerra. Alguns atribuem-lhe um papel natural como processo histórico da natureza colonialista portuguesa, mas a maioria deles demonstrou incapacidade de olhar para a Guerra com o olhar da época. São fruto do seu tempo, e como tal, num mundo em que a dominação colonial faz parte de um passado já distante, interpretam a Guerra Colonial como um ato de violência que poderia ter sido evitado. Por outro lado, muitos deles demonstraram empatia histórica e compreensão daquilo que foi a dureza da Guerra, esta empatia ficou clara na forma como descreviam as memórias dos seus familiares ou até da forma como descreviam a incapacidade de alguns familiares de tocar no assunto como um todo.

Em suma, apesar das imperfeições e limitações que compuseram este relatório de estágio, acreditamos que este serviu um propósito importante, na medida em que permitiu trazer as perspetivas dos alunos sobre a Guerra Colonial, mas porque acima de tudo, convidou os alunos a trabalharem junto dos seus familiares como fontes históricas. Todo este mecanismo permitiu não só valorizar junto dos alunos a ideia da memória como objeto da História, como também acreditamos ter sido inovador nesta abordagem. Com o término deste relatório, saímos com a ideia reforçada de que a Guerra Colonial não é um capítulo encerrado na memória dos portugueses e que as suas sequelas continuam a perdurar no tempo e à nossa vista. É pela Guerra se manter ainda como uma questão socialmente viva que acreditamos que a sua importância de ser estudada se mantém e manterá durante muito tempo.

Bibliografia Citada e/ou Consultada

A. E Duarte Silva - O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974). Quarta Série, Vol. 30, No. 130 (1995), pp. 5-50. Disponível em: <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23CC9.pdf>

AFONSO PINTO, Marta - **Guerra Colonial- O olhar do jovem estudante português** [Em linha]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto : [s.n.] [Consult. ago. 2022]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/116791/2/299345.pdf>

AFONSO, Aniceto - Guerra colonial : uma aliança escondida. Revista Nação e Defesa. 4ª Série;Nº 124, pp 217-230 [Consult. ago. 2022]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/3603>

AFONSO, Aniceto; MATOS GOMES, Carlos - **Guerra Colonial**. Porto : Porto Editora, 2020 [Consult. set. 2022].

ALEXANDRE, Dora - O Outro Lado da Guerra Colonial Memórias para além das armas e dos combates. A Esfera dos Livros, 2015

ALVES DE FRAGA, Luís - **A GUERRA COLONIAL (1961 – 1974)** [Em linha]. Repositório institucional Camões : [s.n.] [Consult. jun. 2022]. Disponível em <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/653> .

ALVES, L.; RIBEIRO, C.P.; OLIVEIRA, R. & CASTRO, L. (2012). Ideias de alunos sobre o “seu passado doloroso- a Guerra Colonial Portuguesa. Em [RE] CONSTRUINDO O PASSADO: O papel insubstituível do ensino da história. Porto, Ed CITCEM- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.

Antunes, José Freire – A Guerra de África: 1961-1974, 2 vol. Lisboa: Temas e Debates, 1996.

Cann, John – Contra-subversão em África: como os portugueses fizeram a guerra em África. Tradução de Renato Pinto. Lisboa: Prefácio, 2005.

CRISTINA PEIXOTO MOREIRA, Rafaela - **A multiperspetiva em história: um estudo com alunos do ensino secundário recorrente** [Em linha]. Universidade do Minho : [s.n.] [Consult. ago. 2022]. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/65937> .

FERRAZ, Ricardo - Grande Guerra e Guerra Colonial Custos para os cofres Portugueses Edições Sílabo, 2019

Guerreiro, Duarte Nuno Tomé - O passado em primeira mão: O ensino dos passados dolorosos na sala de aula. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH). 29-Set-2021

LE GOFF, Jacques - **História e Memória**. [S.l.] : Edições 70, 1988. ISBN 9789724410272.

LOPES, H.; TRINDADE, L.; LOUÇA, F. & ROSAS, F. (2016) História e Memória –“Última Lição” de Fernando Rosas. Lisboa, Edições Tinta da China.

MARTINS, Bruno Sena - A guerra colonial portuguesa na democratização da historia Estudo Geral Universidade de Coimbra, 2020

PINTO FERREIRA BORREGANA MEIRELES, Gonçalo - **Penso, logo existo Um olhar sobre a Guerra Colonial**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto : [s.n.]

PURSINO DIAS, Orélia - **Passados Dolorosos no Ensino da História** [Em linha]. Faculdade de Letras da Universidade do Porto : [s.n.] [Consult. ago. 2022]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/132566/2/446843.pdf>

ROBERTO, Joaquim José da - Ultramar Colonial (1961-1974) O modo português de fazer a guerra. Manufactura, julho de 2022.

TATYANA DE AMARAL MAIA - Memórias em disputa: educação histórica e o uso de fontes na aprendizagem histórica dos passados dolorosos. In Epistemologias e Ensino da História (XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica). CITCEM. Porto, 2017.

Anexo 1

Idade: _____

[illegible]

4. Para ti, a guerra entre 1961 e 1974 foi uma guerra independentista, uma guerra colonial ou uma guerra ultramarina? Justifica. A tua resposta

[illegible]

[illegible]

Anexo 2

Plano de Aula 12ºano Guerra Colonial

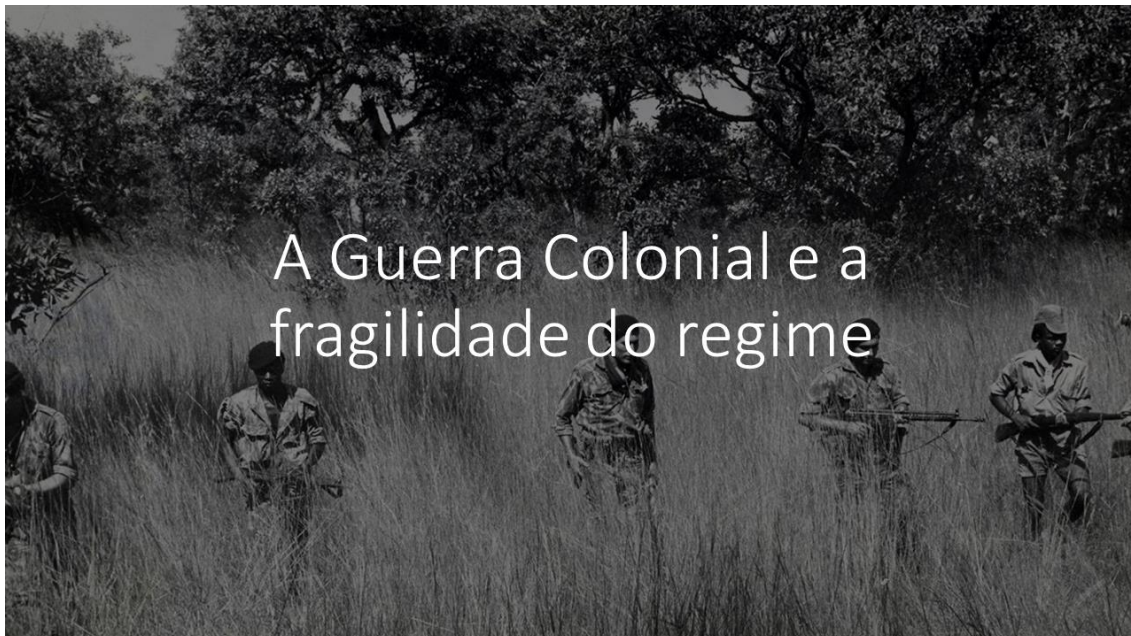
PLANO DE AULA				
Regência n.º 12	Ano: 12º	Turma: B	Duração: 90 min.	Data:
Domínio: Portugal do autoritarismo à democracia				
Subdomínio: A questão colonial.				
Sumário: A guerra colonial.				
Situação-problema	A Guerra foi uma guerra colonial, ultramarina ou independentista?			
Indicadores de aprendizagem (Alunos)	1. Compreender o papel da pressão internacional para o processo de descolonização. 2. Interpretar as múltiplas perspectivas sobre a guerra e a argumentação do regime. 3. Relacionar a guerra com a fragilidade do regime.			
Motivação	Memórias da Guerra Colonial – RTP Ensina			
Conceitos	Ultramar; Movimentos independentistas; Ato Colonial; lusotropicalismo;			

Aprendizagens essenciais	Indicadores de aprendizagem	Estratégias de Aprendizagem	Avaliação
		Estratégia transversal à aula: feedback de conteúdos lecionados anteriormente.	

Caracterizar as políticas económicas e sociais das democracias ocidentais no pós II Guerra, nomeadamente o desenvolvimento da sociedade de consumo e a afirmação do estado-providência;	1. Compreender o papel da pressão internacional para o processo de descolonização. 2. Interpretar as múltiplas perspectivas sobre a guerra e a argumentação do regime. 3. Relacionar a guerra com a fragilidade do regime.	1.1. Visionamento de um vídeo da RTP Ensina, denominado “Memórias da Guerra Colonial”. Com o visionamento deste vídeo pretende-se que os alunos captem ideias fundamentais sobre o começo da Guerra e os seus impactos. 1.2. Visionamento de um excerto de uma entrevista (1986) a Franco Nogueira, sobre a admissão de Portugal na ONU. Com o visionamento deste excerto, pretende-se que os alunos identifiquem: a) as vantagens para o regime da participação de Portugal na ONU; b) o papel da ONU e do seu consenso anticolonial para o aumento da pressão ao regime; 2.1. Leitura e análise do documento “Carta das Nações Unidas, Capítulo XI DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS Artº. 73”. Com a leitura deste documento pretende-se que os alunos compreendam a argumentação da ONU e da comunidade internacional na condenação do colonialismo. 2.2. Leitura e análise dos documentos “A revogação do Ato Colonial” e “Uma nação dispersa” do manual Um Novo Tempo da História, pp 100-101. Com a leitura destes documentos pretende-se que os alunos compreendam toda a argumentação ideológica do regime para justificar o seu domínio sobre os territórios ultramarinos. 3.1 Exposição do professor com base no power point, com o objetivo de apresentar as razões que levam ao começo da guerra. 3.2 Análise das capas de jornais “O Século” e “O Diário de Notícias”. Com a análise destas capas pretende-se que os alunos percebam o impacto da censura e da propaganda na forma como eram retratados os acontecimentos no território ultramarino; 3.3. Visionamento do vídeo da RTP “A União Indiana invade Goa”. Com o visionamento deste vídeo pretende-se que:	- Participação oral (espontânea e/ou dirigida); - Qualidade das intervenções; - Registos no caderno diário; - Realização das atividades propostas ao longo da aula.
---	--	--	--

Anexo 3 Aula sobre a Guerra Colonial

Diapositivo 1

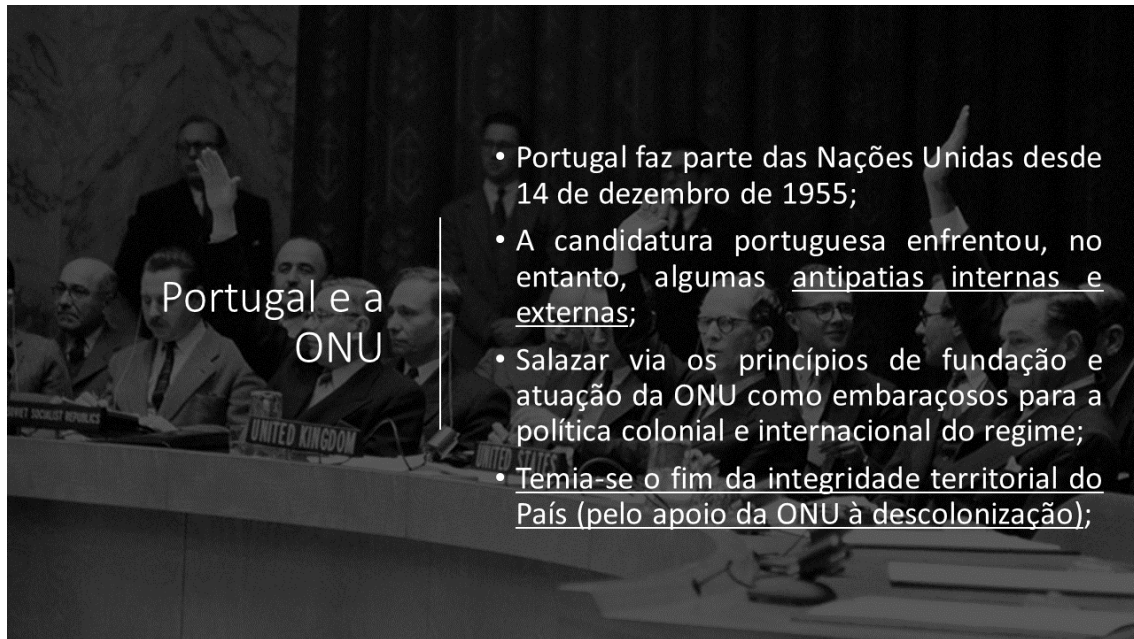


Diapositivo 2



- <https://ensina.rtp.pt/artigo/memorias-da-guerra-do-ultramar/>

Diapositivo 3



Diapositivo 4

Portugal e a ONU

<https://media.rtp.pt/descolonizacaoportuguesa/pecas/a-posicao-da-onu-e-a-resposta-portuguesa/>

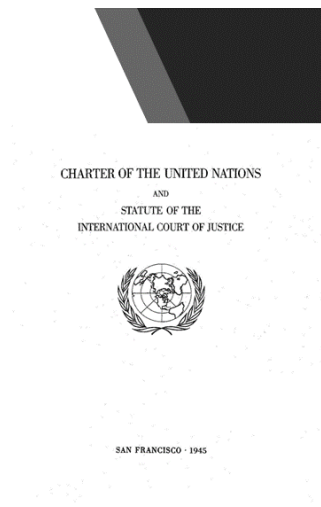
Diapositivo 5



1- Para Portugal, quais seriam as vantagens de pertencer à ONU?

- A hipótese de ter um palco internacional para defender as posições do regime;
- A legitimação da sua Constituição e dos seus princípios ideológicos, uma vez que, para entrar na ONU todos estes parâmetros tiveram de ser analisados;

Diapositivo 6



Capítulo XI DECLARAÇÃO RELATIVA A TERRITÓRIOS NÃO AUTÓNOMOS Artº. 73

Os membros das Nações Unidas que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos ainda não se governem completamente a si mesmos reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios e aceitam, como missão sagrada, a obrigação de promover no mais alto grau, dentro do sistema de paz e segurança internacionais estabelecido na presente Carta, o bem-estar dos habitantes desses territórios, e, para tal fim:

- Assegurar, com o devido respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua proteção contra qualquer abuso;
- Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres, de acordo com as circunstâncias peculiares a cada território e seus habitantes, e os diferentes graus do seu adiantamento; (...)

Diapositivo 7

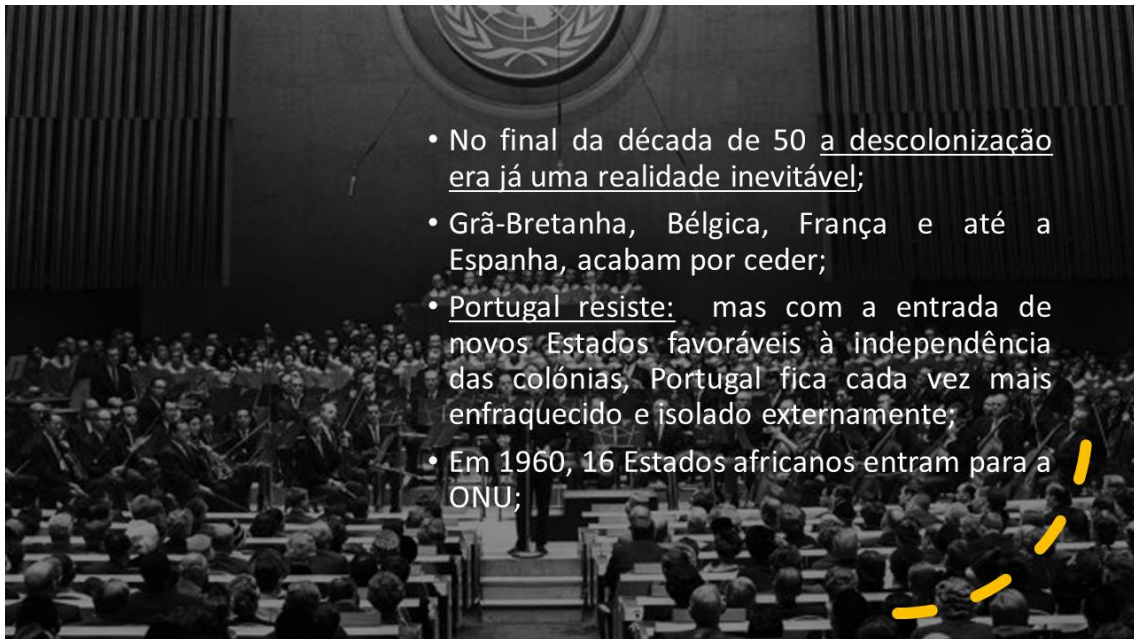
Seria o capítulo XI da Carta das Nações Unidas compatível com as práticas do Estado Novo? Justifica.

“reconhecem o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios (...)”

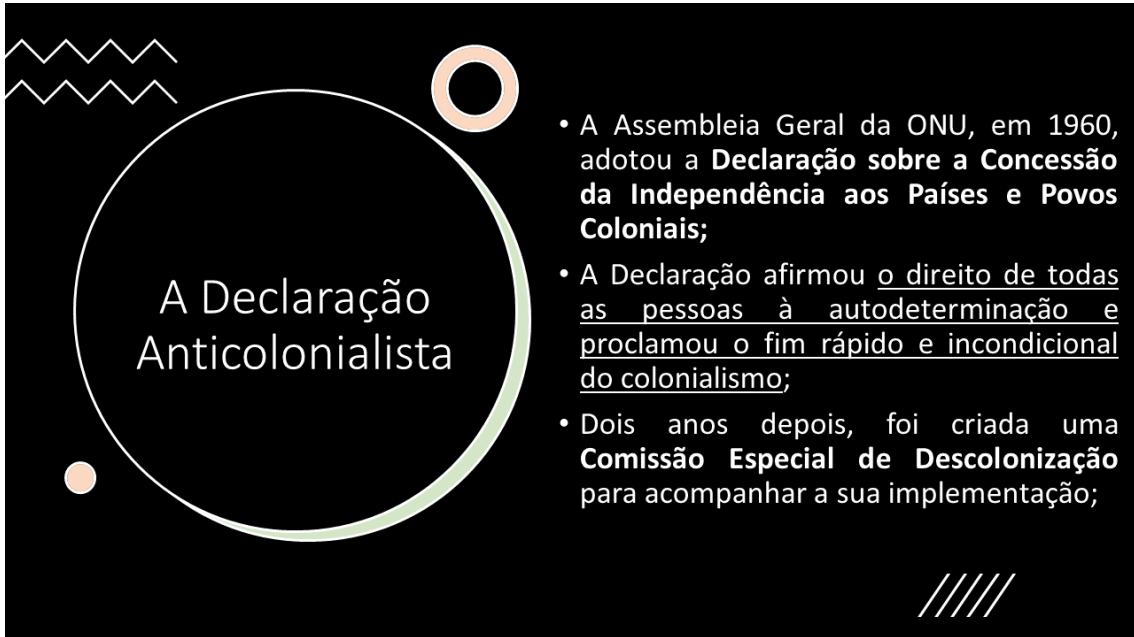
“respeito pela cultura dos povos interessados, o seu progresso político, económico, social e educacional, o seu tratamento equitativo e a sua protecção contra qualquer abuso(...)”

“Promover o seu governo próprio, ter na devida conta as aspirações políticas dos povos e auxiliá-los no desenvolvimento progressivo das suas instituições políticas livres(...)”

Diapositivo 8



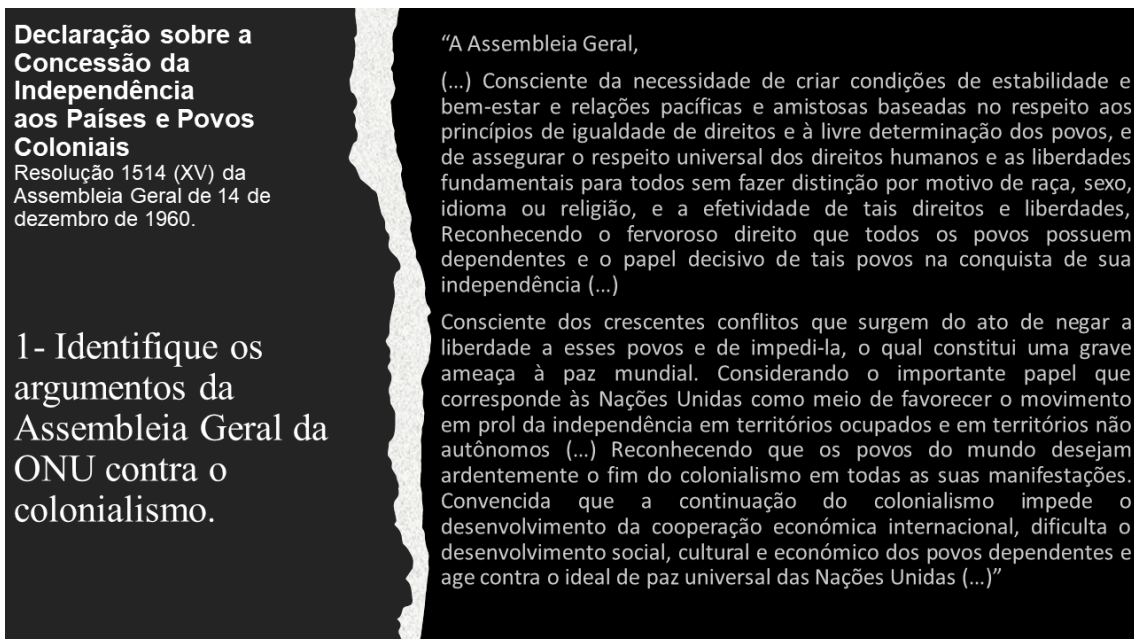
Diapositivo 9



A Declaração Anticolonialista

- A Assembleia Geral da ONU, em 1960, adotou a **Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais**;
- A Declaração afirmou o direito de todas as pessoas à autodeterminação e proclamou o fim rápido e incondicional do colonialismo;
- Dois anos depois, foi criada uma **Comissão Especial de Descolonização** para acompanhar a sua implementação;

Diapositivo 10



Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais

Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral de 14 de dezembro de 1960.

1- Identifique os argumentos da Assembleia Geral da ONU contra o colonialismo.

“A Assembleia Geral,

(...) Consciente da necessidade de criar condições de estabilidade e bem-estar e relações pacíficas e amistosas baseadas no respeito aos princípios de igualdade de direitos e à livre determinação dos povos, e de assegurar o respeito universal dos direitos humanos e as liberdades fundamentais para todos sem fazer distinção por motivo de raça, sexo, idioma ou religião, e a efetividade de tais direitos e liberdades, Reconhecendo o fervoroso direito que todos os povos possuem dependentes e o papel decisivo de tais povos na conquista de sua independência (...)

Consciente dos crescentes conflitos que surgem do ato de negar a liberdade a esses povos e de impedi-la, o qual constitui uma grave ameaça à paz mundial. Considerando o importante papel que corresponde às Nações Unidas como meio de favorecer o movimento em prol da independência em territórios ocupados e em territórios não autônomos (...) Reconhecendo que os povos do mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações. Convencida que a continuação do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação económica internacional, dificulta o desenvolvimento social, cultural e económico dos povos dependentes e age contra o ideal de paz universal das Nações Unidas (...)

Diapositivo 11



Diapositivo 12

A – Razões da revogação do Ato Colonial

Em face da desorientação da opinião internacional em matéria de colónias, em face da desintegração dos impérios coloniais, em face das pressões que certos Estados exercem no sentido de desencadear ou acelerar essa desintegração – importa que Portugal afirme solenemente uma vez mais a doutrina tantas vezes proclamada de que a metrópole e as colónias formam um só território, uma só Nação, um só Estado, não havendo mais do que circunscrições administrativas de aquém e de além-mar, com a organização adequada à situação geográfica e às condições do meio social de cada uma delas.

Do Parecer n.º 10/V da Câmara Corporativa sobre a proposta de lei que visava incluir o Ato Colonial na Constituição Portuguesa, 1951

Analise o documento do manual, página 101

1- Justifique a intenção do regime ao revogar o Ato Colonial.

2- Apresente um argumento do regime em defesa do colonialismo.

Diapositivo 13

B – Uma nação dispersa

O ideal que inspirou os Descobrimentos Portugueses [...] foi o de espalhar a fé e comunicar aos povos os princípios da civilização. O móbil de integrar esses povos na unidade da Nação portuguesa foi possível realizá-lo pela não-discriminação racial [...]. Um nativo de Angola, embora com as limitações da sua incultura, sabe que é português e afirma-o tão conscientemente como um letrado de Goa saído de uma universidade europeia. Quer dizer, em vez de uma política de domínio ou educação, ainda que paternal, mas toda conduzida no sentido de constituir uma sociedade independente e estranha, o português, por exigência do seu modo de ser, previsão política ou desígnio da Providência, experimentou juntar-se, senão fundir-se, com os povos descobertos, e formar com eles elementos integrantes da mesma unidade pátria. Assim nasceu uma nação sem dúvida estranha, complexa e dispersa pelas sete partidas do mundo; mas quando olhos que sabem ver perscrutam todas essas frações de nação, encontram nas consciências, nas instituições, nos hábitos de vida, no sentimento comum, que ali é Portugal.

Salazar, Discurso de 30 de maio de 1956

Analise o documento do manual, página 100

1- Refira a motivação dos Descobrimentos Portugueses, segundo a visão de Salazar.

2- Apresente os fatores que, segundo o documento, aproximam e/ou distinguem “um nativo de Angola” de um “português”.

Diapositivo 14



Diapositivo 15



O eclodir da guerra em Angola

Diapositivo 16

Os massacres anteriores à guerra



3 de fevereiro de 1953, Massacre de Batepá, São Tomé e Príncipe (cerca de 1000 mortos).



3 de Agosto de 1959, Massacre de Pindjiguiti, Bissau.

Diapositivo 17

- 15 de março de 1961. A União das Populações de Angola (UPA) dá início aos ataques às fazendas dos colonos brancos, provocando uma onda de terror e destruição no Norte de Angola.
- Desperta a guerra em Angola, onde outros movimentos de guerrilha reivindicavam a independência.



Os ataques de 15 de março de 1961, Angola.

Diapositivo 18



Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), fundado no fim dos anos 50. Apoiados pela União Soviética e Cuba.



União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), fundado em 1966. Apoiado militarmente pelos E.U.A e África do Sul.



Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)/(UPA), fundado em 1954 e refundado em 1962. Apoiados pela China.

Diapositivo 19

- https://www.youtube.com/watch?v=2ZKyJJoqq0U&ab_channel=ccac2321

Diapositivo 20



Capa do Diário de Lisboa, 4 de fevereiro de 1961.



Capa do jornal "O Século", 5 de fevereiro de 1961.

Diapositivo 22



- Em 1961, na sequência da questão colonial, dá-se a «Abrilada», que acaba falhando.
- Com o acumular das tensões, Salazar anuncia, a 13 de abril, o início da Guerra Colonial, com a célebre frase:
«*Para Angola, rapidamente e em força*».

Júlio Botelho Moniz (1900-1970), ministro da defesa.

Diapositivo 21



- Em março, a propósito dos incidentes no Norte de Angola, as Nações Unidas apelam ao governo português a introdução de alterações políticas no governo das colónias.
- Em Luanda e em Lisboa, os portugueses reúnem-se em grandes manifestações contra a descolonização, às portas da embaixada dos EUA.

Capa do jornal "O Século", 5 de fevereiro de 1961.

Diapositivo 23



- As notícias que marcam os tumultos em Angola na época eram altamente manipuladas pelo regime.
- De caráter sensacionalista, o tom jornalístico passava ideais do Estado Novo e retratava os revoltosos como selvagens e terroristas.

Capa do Diário de Notícias, 7 de fevereiro de 1961.

Diapositivo 24



Diapositivo 25

- No final do ano de 1961, a 18 de dezembro, as tropas da União Indiana ocupam os territórios de Goa, Damão e Diu.
- Salazar ordena que as tropas portuguesas lutem até à morte. Mas o governador, general Vassalo e Silva, recusa-se a obedecer e opta pela rendição.



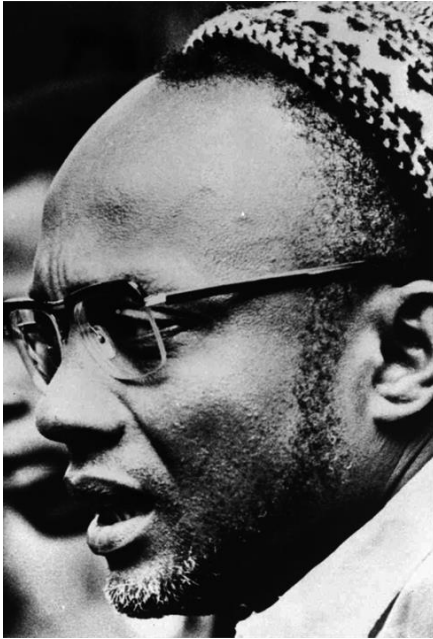
Capa do Diário de Notícias e do jornal "O Século", 19 de dezembro de 1961.

Diapositivo 27

O eclodir da guerra na Guiné



Diapositivo 28



- Antes do começo da guerra, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amílcar Cabral, tentara seguir o modelo de outros movimentos nacionalistas através da negociação.
- Contudo, as tentativas de negociação foram ignoradas pela metrópole.

Amílcar Cabral, líder independentista guineense (1924-1973).

Diapositivo 29



Destacamento de soldados, Guiné-Bissau

- A guerra na Guiné-Bissau teve início em janeiro de 1963, influenciada pela rebelião em Angola três anos antes.
- O combate foi também através da guerra de guerrilha.
- O PAIGC chegou à conclusão da inevitabilidade da luta armada quando, em 1959, ocorreu um massacre de cinquenta pessoas.
- Apesar do aumento dos atos de sabotagem, o início da guerra tomou os colonizadores por surpresa, com os primeiros ataques a darem-se perto da fronteira com a Guiné Conacri.

Diapositivo 30

- O território da Guiné-Bissau permitiu que os guerrilheiros atacassem em todo o território, usando o mar e os grandes rios e bacias hidrográficas.
- Em 1966, estavam na Guiné-Bissau cerca de trinta mil soldados portugueses.
- O avanço inicial dos guerrilheiros foi detido com poucas alterações de território. Mas a violência do conflito continuou inalterada, com o ataque constante sobre as guarnições das forças colonizadoras.



Soldado ferido, Guiné-Bissau

Diapositivo 31

A Guerra em Moçambique



Diapositivo 32

- Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), efetuou a sua primeira ação em Setembro de 1964.
- Em Novembro, as tropas portuguesas sofriam as primeiras baixas no Norte de Moçambique.
- A organização e armamento dos guerrilheiros evoluiu rapidamente.
- Também o acidentado terreno, a baixa densidade das forças portuguesas e a fraca presença de colonos, facilitaram a acção da Frelimo.



Diapositivo 33



- Em 1970, a atividade militar da FRELIMO aumentou, devido à presença de Samora Machel (o estratega) em Cabo Delgado, onde apresentou os planos de ofensivas a executar em Junho e Julho.
- Os últimos tempos de guerra caracterizaram-se pelo avanço da FRELIMO para Sul.

Samora Machel (1933-1986), militar e líder independentista e Primeiro Presidente de Moçambique.

Diapositivo 35

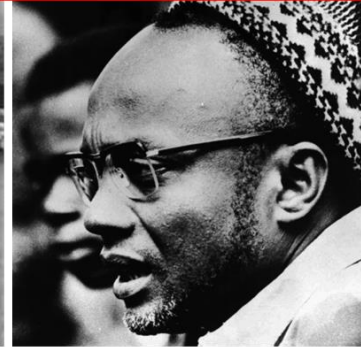
Os principais líderes independentistas



Eduardo Mondlane (1920-1969), Fundador da FRELIMO.



Agostinho Neto (1922-1979), líder do MPLA.



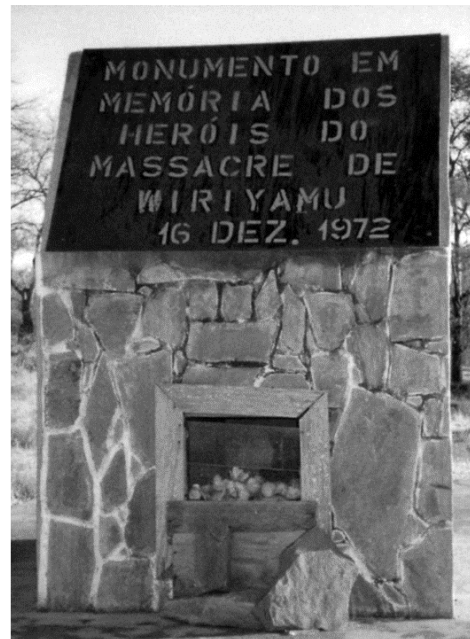
Amílcar Cabral, um dos fundadores do PAIGC (1924-1973).



Diapositivo 37

Massacre de Wiriyamu

- O episódio aconteceu em dezembro de 1972, depois de dois capitães, comandantes de companhia, morrerem dentro de um jipe que pisou uma mina.
- Pelo menos 385 pessoas foram assassinadas pela 6.ª Companhia de Comandos de Moçambique.



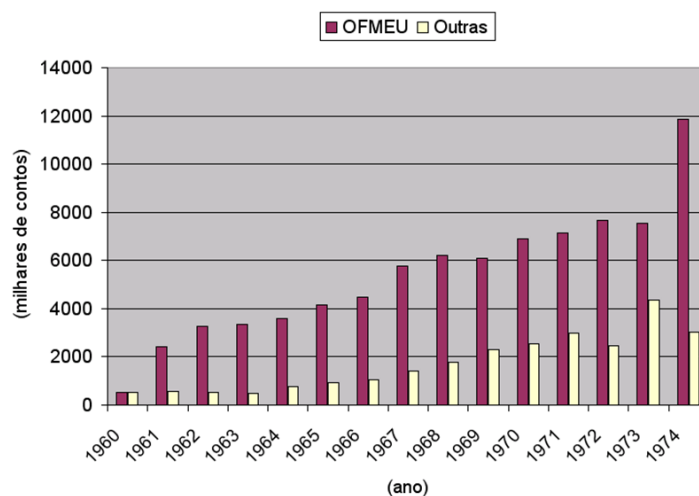
Diapositivo 38



- Do lado português, a guerra obrigou à mobilização total de cerca de 800 mil homens para as Forças armadas e serviços auxiliares.
- Cerca de 110 mil foram homens destacados em África.
- 40 a 60 mil guerrilheiros destacados.
- Cerca de 16 mil soldados portugueses vitimados.
- 15 mil marcados com danos físicos ou psicológicos.
- Cerca de 26 mil guerrilheiros mortos em África.
- 110 mil civis mortos.

Diapositivo 39

- A guerra mobilizou 10% da população portuguesa (90 % da população jovem masculina).
- A dada altura, 33% das verbas do orçamento de Estado foram mobilizadas para a guerra.



As despesas militares durante a Guerra Colonial: as barras brancas representam as despesas orçamentadas e as cor-de-vinho, as extraordinárias.

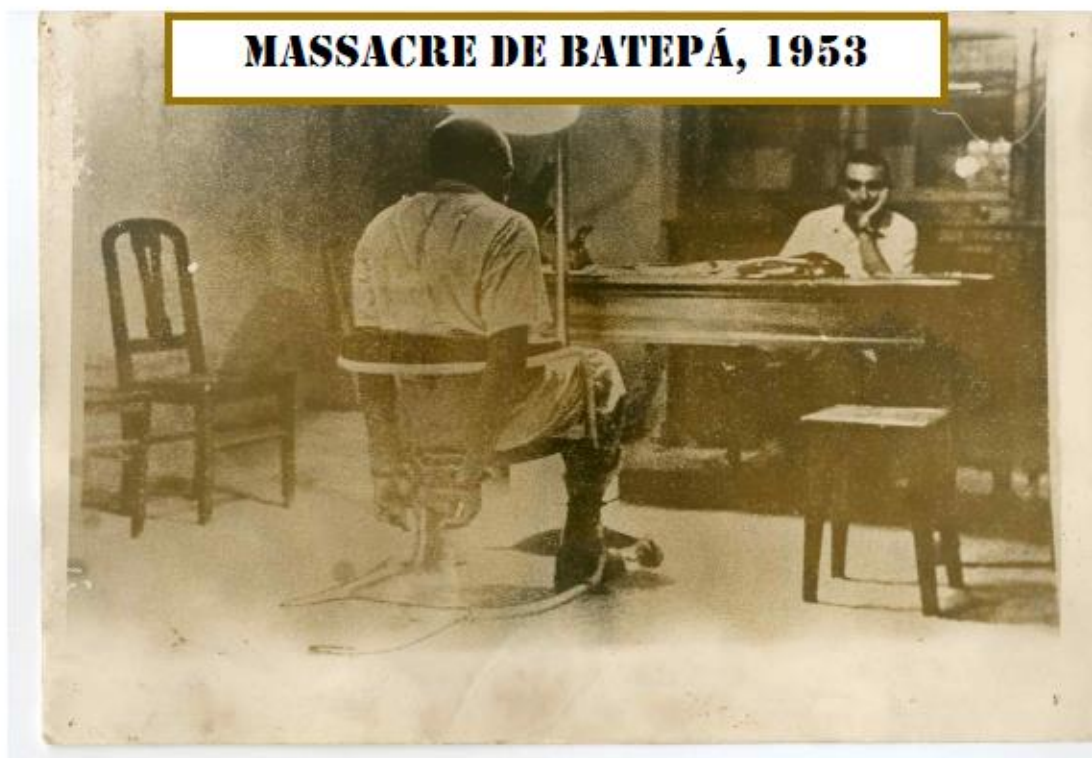
Diapositivo 40

- A longa duração da guerra levou a um enorme desgaste dos militares e da população civil.
- O crescente descontentamento fruto da guerra foi decisivo para a queda do Estado Novo.



Anexo 4 A Exposição Apresentada pelos Alunos

Os cartazes aqui apresentados estão pela ordem com que foram utilizados na exposição.





MASSACRES DA UPA NO NORTE DE ANGOLA, 1961

Os horrores e violações flagrantes passaram-se no norte de Angola. São imagens da violência da guerra e, sobretudo, na Fazenda Taibi, os membros da União dos Povos de Angola (UPA), mataram os administradores brancos a golpes de catana e os colaboracionistas.



A REACÇÃO PORTUGUESA



Capa do Diário de Lisboa, 4 de fevereiro de 1961.



Capa do jornal O Século, 5 de fevereiro de 1961.

A MOBILIZAÇÃO DO EXÉRCITO PORTUGUÊS



Militares embarcam no navio *Niassa*, no cais de Santa Apolónia, em Lisboa 1961. O destino é Angola. As famílias despedem-se.

“ Para Angola, rapidamente em força” — António de Oliveira Salazar

A GUERRA EM ANGOLA



LESTE DE ANGOLA 1970.

A GUERRA EM GUINÉ-BISSAU



SOLDADOS DA COMPANHIA DE CAÇADORES 503 COM PRISIONEIRO DO PAIGC (1964).

A GUERRA EM MOÇAMBIQUE



GRUPO DE COMBATE DO QUARTEL DE MARARA (1972-1974).

MASSACRE DE WIRIAMU, EM 1972



OS LÍDERES INDEPENDENTISTAS



António Agostinho Neto , médico, escritor e político angolano. Foi fundador e Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Em 1975, tornou-se o primeiro Presidente eleito de Angola (até 1979).

OS LÍDERES INDEPENDENTISTAS



Eduardo Mondlane (à direita) foi o líder pioneiro da FRELIMO. Após a sua morte, foi substituído por Samora Machel. Este último líder militar e revolucionário de inspiração socialista, liderou a Guerra da Independência de Moçambique e foi o primeiro presidente após a sua independência (de 1975 até à sua morte, em 1986).

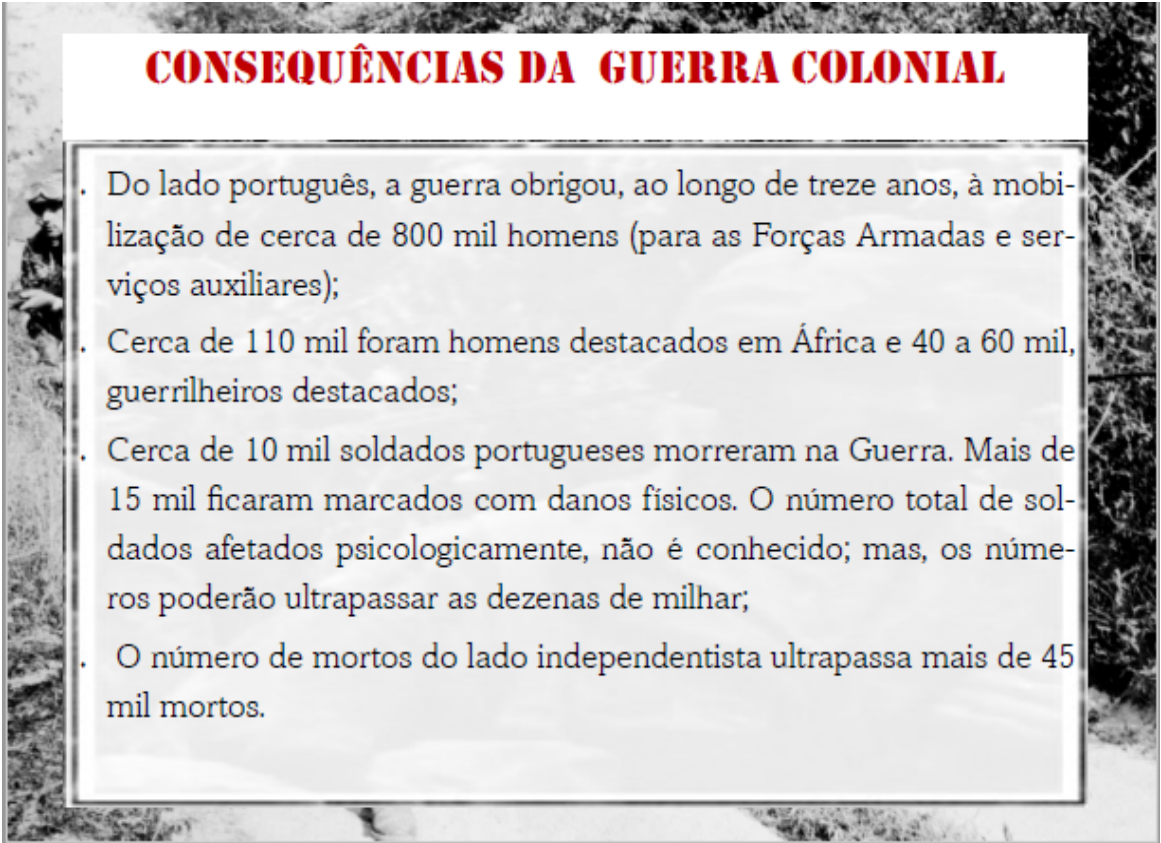
OS LÍDERES INDEPENDENTISTAS



Amílcar Lopes Cabral foi um político e teórico de influência marxista. A

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA COLONIAL



A black and white photograph of a soldier in a trench, looking down. The image is used as a background for the text box.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA COLONIAL

- . Do lado português, a guerra obrigou, ao longo de treze anos, à mobilização de cerca de 800 mil homens (para as Forças Armadas e serviços auxiliares);
- . Cerca de 110 mil foram homens destacados em África e 40 a 60 mil, guerrilheiros destacados;
- . Cerca de 10 mil soldados portugueses morreram na Guerra. Mais de 15 mil ficaram marcados com danos físicos. O número total de soldados afetados psicologicamente, não é conhecido; mas, os números poderão ultrapassar as dezenas de milhar;
- . O número de mortos do lado independentista ultrapassa mais de 45 mil mortos.